

# Plano de Auditoria Baseada em Riscos

Mapeamento  
do Universo  
de Auditoria do IFCE  
2021/2022

UNIDADE DE AUDITORIA  
INTERNA - IFCE

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Fluxo de decisões relacionadas com a maturidade da gestão de riscos

Figura 2 – Estrutura de governança do IFCE

Figura 3 – Classificação do impacto e probabilidade dos riscos nos objetivos estratégicos

Figura 4 – Cadeia de valor do IFCE 2021

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Temas Estratégicos e Objetivos Estratégicos
- Quadro 2 – Processos realizados no âmbito da PRPI
- Quadro 3 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da PRPI
- Quadro 4 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da PRPI
- Quadro 5 – Processos realizados no âmbito da PROEXT
- Quadro 6 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da PROEXT
- Quadro 7 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da PROEXT
- Quadro 8 – Processos realizados no âmbito da PROAP
- Quadro 9 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da PROAP
- Quadro 10 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da PROAP
- Quadro 11 – Processos realizados no âmbito da DGTI
- Quadro 12 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da DGTI
- Quadro 13 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da DGTI
- Quadro 14 – Processos realizados no âmbito da PROEN
- Quadro 15 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da PROEN
- Quadro 16 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da PROEN
- Quadro 17 – Processos realizados no âmbito da DAE
- Quadro 18 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da DAE
- Quadro 19 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da DAE
- Quadro 20 – Processos realizados no âmbito do DCS
- Quadro 21 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos do DCS
- Quadro 22 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria do DCS
- Quadro 23 – Processos realizados no âmbito da Arinter
- Quadro 24 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da Arinter
- Quadro 25 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da Arinter
- Quadro 26 – Processos realizados no âmbito da PROGEP
- Quadro 27 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da PROGEP
- Quadro 28 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da PROGEP

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABR – Auditoria Baseada em Riscos

ARINTER – Assessoria de Relações Internacionais

AUDIN – Auditoria Interna

CGU – Controladoria-Geral da União

Consup – Conselho Superior

DAE – Diretoria de Assistência Estudantil

DCS – Departamento de Comunicação Social

DGTI – Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

IA-CM - *Internal Audit Capability Model*

IIA – Institute of Internal Auditors

IPPF – Estrutura Internacional de Práticas Profissionais

ISO 31000 ABNT – Gestão de riscos: diretrizes

KPAs – Macroprocessos-chaves

MOT – Manual de Orientações Técnicas

PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PROAP – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino

PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PRPI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

TCU – Tribunal de Contas da União

UAIG – Unidade de Auditoria Interna Governamental

UE – Unidade Estratégica

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
3. METODOLOGIA	9
3.1 Entendimento da Unidade Auditada	9
3.2 Avaliação da maturidade da gestão de riscos	10
3.3 Seleção dos objetos de auditoria com base em riscos	12
4. RESULTADOS OBTIDOS	13
4.1 Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI)	14
4.2 Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)	18
4.3 Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP)	21
4.4 Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação (DGTI)	23
4.5 Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)	25
4.6 Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE)	29
4.7 Departamento de Comunicação Social (DCS)	30
4.8 Assessoria de Relações Internacionais (Arinter)	31
4.9 Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)	32
5. Rodízio de Ênfase	36
6. Conclusão	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
APÊNDICE 1 – Cadeia de Valor	40
APÊNDICE 2 – Universo de Auditoria	41
APÊNDICE 3 – Justificativas para os níveis de risco	47
APÊNDICE 4 – Associação dos riscos ao universo de auditoria consolidado	54
APÊNDICE 5 – Ranking geral dos objetos de auditoria	61



## 1. INTRODUÇÃO

A atividade de auditoria interna governamental é exercida no Poder Executivo federal, entre outros, pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e pelas Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

A Unidade de Auditoria Interna do IFCE (AUDIN), no exercício do seu papel de terceira linha dentro da instituição, ou seja, de unidade responsável pela avaliação e assessoria independentes e objetivas sobre questões relativas ao atingimento dos objetivos, elaborou um plano de auditoria baseado em riscos aderente às características e ao nível de maturidade da instituição, para assegurar que os trabalhos de avaliação sejam executados com fundamento nos principais eventos de riscos.

Estudos e normas de auditoria governamental apontam a convergência dos trabalhos de auditoria com foco nos riscos e nos controles. As bases normativas que sustentam este trabalho serão tratadas no próximo capítulo, contudo se adianta que, observando as mais recentes instruções normativas emitidas pela CGU, órgão responsável pela supervisão técnica das UAIG, bem como as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna – IPPF do Instituto dos Auditores Internos (IIA), as quais são balizadoras também para a CGU, a AUDIN sentiu necessidade de adequar seu plano de auditoria a uma metodologia que mais se aproximasse dessa convergência nacional e internacional de práticas de auditoria.

Considerando que a instituição é incipiente na temática do gerenciamento de riscos, a AUDIN elaborou este plano com base na avaliação de riscos realizada por ela própria, uma vez que essa prerrogativa está prevista nos normativos da CGU, e juntamente com a gestão no que se refere ao levantamento de dados, informações e prioridades dos principais processos ou atividades relevantes executadas dentro da instituição com impacto direto no planejamento estratégico vigente, sendo mapeados os riscos dos macroprocessos finalísticos e macroprocessos de suporte tendo em vista a cadeia de valor do IFCE (figura 4).

Esse fato não implica falta de engajamento da AUDIN na avaliação de riscos feita pela própria unidade auditada. A AUDIN exerce o seu papel no gerenciamento de riscos respeitando os limites, de modo que não se prejudiquem sua independência e objetividade, fomentando a temática da gestão de riscos dentro da instituição e oferecendo capacitação técnica e recomendações estratégicas para a governança e gestão do órgão.

Para que fosse possível realizar a avaliação de riscos, seria suficiente que a unidade possuísse objetivos a alcançar. No caso do IFCE, observou-se um nível de maturidade razoável no que diz respeito ao planejamento estratégico: desde 2005, apresenta-se à sociedade, quando ainda Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, o seu planejamento estratégico. Esse documento evoluiu com o passar do tempo, e, à medida que a instituição foi amadurecendo, novas ferramentas tecnológicas foram surgindo e a equipe de servidores foi-se capacitando. No planejamento vigente (2019-2023), o documento já foi disponibilizado no *site* do IFCE com um painel que apresenta os indicadores e as análises comparativas entre nível esperado e alcançado de suas metas como ferramenta de transparência ativa.

Para a AUDIN, ainda que a unidade auditada não possua um mapeamento estruturado de seus processos, é possível realizar um levantamento de atividades relevantes relacionadas aos

objetivos estratégicos estabelecidos no seu plano de desenvolvimento. Dessa forma, o universo de auditoria consistirá na consolidação das principais atividades executadas para o alcance dos objetivos.

A partir da comparação entre as atividades relevantes desenvolvidas nas unidades estratégicas e as principais fraquezas e ameaças identificadas no desenvolvimento dessas atividades, é possível aplicar uma metodologia de identificação dos possíveis riscos que poderão afetar essas atividades e comprometer os objetivos a elas relacionados. Com essa identificação de riscos, a AUDIN selecionará, com mais clareza, as atividades que possuam riscos com maior probabilidade de acontecer e com maior impacto sobre os objetivos.

Não resta dúvida de que, com a aplicação de uma metodologia dessa natureza, o risco de a AUDIN selecionar objetos de auditoria que não tenham impacto nos objetivos da instituição é mitigado, de modo que a capacidade operacional da unidade de auditoria seja direcionada aos processos que possuam riscos críticos, ou seja, a eventos de alta probabilidade e/ou impacto que, caso se concretizem, comprometem o alcance do objetivo, garantindo, assim, um nível de asseguarção de que os relatórios de auditoria agregarão valor à gestão.

Trata-se, portanto, de um avanço dentro da unidade de auditoria que trará impacto, inclusive, na avaliação da unidade por meio do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (*Internal Audit Capability Model - IA-CM*), bem como na qualificação dos macroprocessos-chaves (KPAs) da unidade de auditoria interna.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os embasamentos principiologicos para a aplicação de uma metodologia de auditoria baseada em riscos atravessam diversas instituições às quais a atividade de auditoria interna deve obediência normativa ou às quais a atividade de auditoria interna deve reverência, dada a expertise que possuem.

Convém, antes de qualquer definição, esclarecer o que seja risco sob a perspectiva dos trabalhos de auditoria interna governamental:

Para o Institute of Internal Auditors (IIA), risco é a possibilidade de ocorrer um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos. O risco é medido em termos de impacto e de probabilidade.

Para a ISO 31000, risco é o efeito da incerteza nos objetivos (um efeito é um desvio em relação ao esperado, pode ser positivo, negativo ou ambos e os objetivos podem possuir diferentes aspectos e categorias e podem ser aplicados em diferentes níveis).

Para dar sustentação normativa a este plano, apresentam-se, a seguir, trechos de normas fundamentais que convergem para a necessidade de especialização das UAIG no que se refere à auditoria baseada em riscos.

De acordo com o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, Instrução Normativa nº 3, de 9 de junho de 2017, da CGU:

## Seção II – Planejamento, Comunicação e Aprovação do Plano de Auditoria Interna

83. O Responsável pela UAIG deve estabelecer um plano baseado em riscos para determinar as prioridades da auditoria, de forma consistente com objetivos e metas institucionais da Unidade Auditada.

O Manual de Orientações Técnicas da CGU (MOT) – Instrução Normativa N° 8, de 6 de dezembro de 2017, por sua vez, orienta que os objetos de auditoria devem ser definidos com base em riscos e oferece, entre outras, uma metodologia de auditoria a ser aplicada na seleção de objetos de auditoria, na execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), a saber:

### 4.1.4.2 Seleção dos trabalhos com base na avaliação de riscos realizada pela UAIG

Se a Unidade Auditada não possuir um processo de gerenciamento de riscos implementado ou se for incipiente, a UAIG poderá selecionar os trabalhos de auditoria a partir da identificação e da avaliação de riscos realizada por ela própria.

O MOT estabelece ainda que:

As etapas a serem realizadas nesta forma de seleção normalmente compreendem:

- a) conhecimento dos objetivos (estratégicos e operacionais) organizacionais, conforme orientações constantes na seção 4.1.1 deste Manual (Entendimento da Unidade Auditada);
- b) identificação dos riscos passíveis de ameaçar os objetivos organizacionais;
- c) avaliação dos riscos;
- d) associação dos riscos ao universo de auditoria, conforme descrito na seção 4.1.4.1.1 deste Manual (Vinculação dos riscos aos objetos de auditoria).

O Tribunal de Contas da União (TCU), mediante o Acórdão 1.171/2017-Plenário, no qual avaliou a auditoria interna da administração direta do Poder Executivo federal, emitiu a recomendação 9.1.1:

Discipline e sistematize seus processos de trabalho, para que, na medida do possível, passem a **convergir com as normas internacionais de Auditoria Interna**, especialmente no que se refere às oportunidades de melhoria, identificadas no relatório que fundamenta este Acórdão, em relação à política de desenvolvimento profissional; à metodologia para avaliação dos processos de gerenciamento de riscos, controles e de governança; **à implantação da política de avaliação de qualidade e do planejamento anual com base em riscos**; ao aprimoramento da seleção de controles internos a serem avaliados pelas ações de controle com base em riscos e à instituição de processos de trabalho de consultoria sobre gestão de riscos, controle e governança. (grifo nosso) (BRASIL,2017a)

As instituições que, no âmbito do Poder Executivo federal, normatizam, orientam ou detêm influência relevante sobre a atividade de auditoria interna governamental, quais sejam: CGU e TCU, são unânimes em defender o alinhamento dos processos de trabalho de auditoria interna

às normas internacionais, que, por sua vez, avaliam como boa prática a seleção dos objetos de auditoria com base em risco.

Seguindo as fundamentações principiológicas para a aplicação de uma metodologia, referencie-se o posicionamento do IIA no documento Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF), Normas de Desempenho 2010:

O executivo chefe de auditoria deve estabelecer um plano baseado em riscos para determinar as prioridades da atividade de auditoria interna, de forma consistente com as metas da organização.

2010.A1 – O planejamento dos trabalhos da atividade de auditoria interna deve ser baseado em uma avaliação de risco documentada, realizada pelo menos anualmente. As informações fornecidas pela alta administração e pelo conselho devem ser consideradas neste processo.

2010-A2 – O executivo chefe de auditoria deve identificar e considerar as expectativas da alta administração, conselho e outras partes interessadas, acerca dos pareceres e outras conclusões de auditoria interna.

Para desenvolver este plano, a equipe de auditoria do IFCE estudou e aplicou, além das referências nacionais e internacionais, o estudo realizado pelo Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, Prof. Paulo Ricardo Martins Ricarte dos Santos, intitulado “Metodologia de Planejamento de Auditoria Baseada em Riscos – PABR”, publicada no *site* do Tribunal de Contas da União – Instituto Serzedello Corrêa, em 2019.

O estudo foi disponibilizado pelo próprio autor como subsídio para a elaboração da metodologia pelas Unidades de Auditoria Interna Governamentais.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia ABR aplicada no IFCE segue os seguintes passos:

#### 3.1 Entendimento da Unidade Auditada

Antes de qualquer passo, a AUDIN precisava definir o universo de auditoria, ou seja, o conjunto catalogado de objetos de auditoria passíveis de ser auditado. Utilizou-se a abordagem *top-down*, ou seja, as análises iniciaram no nível de unidade estratégica, identificação de objetivos e processos relacionados. Nesse passo, as equipes de auditoria relacionaram todas as unidades estratégicas (UE) responsáveis por objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI que correspondem aos macroprocessos finalísticos e de suporte. No PDI 2019-2023, destacaram-se nove UEs: Pró-Reitoria de Ensino – Proen, Pró-Reitoria de Administração e Planejamento – Proap, Pró-Reitoria de Extensão – Proext, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPI, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – Progep, Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI, Departamento de Comunicação Social – DCS, Assessoria de Relações Internacionais – Arinter e Diretoria de Assistência Estudantil – DAE.

De posse dessa relação, as equipes estudaram os instrumentos normativos (planejamento estratégico, portarias, resoluções, manuais, regimentos internos, Regimento Geral do IFCE, etc.) de cada UE por meio de pesquisas no *site* do IFCE, consultas a sistemas informatizados e

solicitações aos dirigentes das unidades. Também se aplicaram as técnicas de *brainstorming* e indagação oral aos gestores das áreas por meio de reuniões virtuais registradas em ata. Em seguida, relacionaram-se as principais atividades desenvolvidas por cada UE que seriam determinantes no alcance dos objetivos estratégicos traçados por elas mesmas.

Considerando que não há um modelo de mapeamento de processo definido para todo o IFCE, embora algumas UEs já possuam alguns processos mapeados, a AUDIN decidiu por denominar os objetos de auditoria por processo ou atividade relevante.

Segundo Santos (2019), as principais informações que devem ser obtidas nesta etapa são:

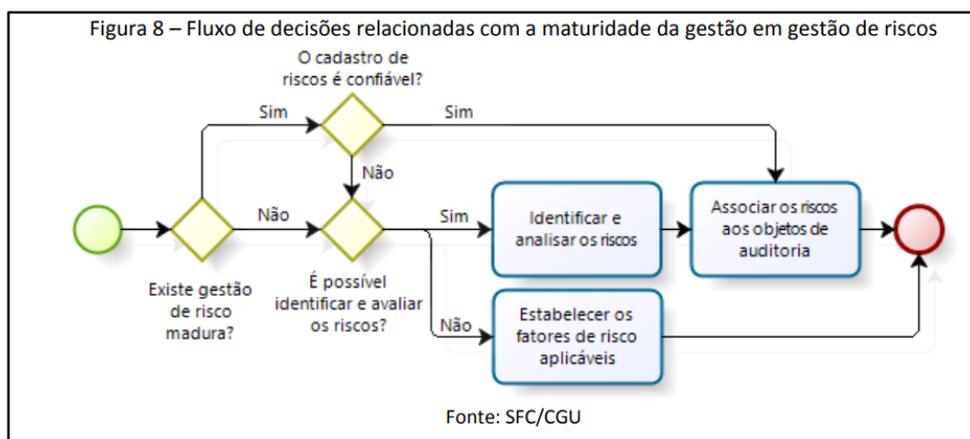
- Direcionamento estratégico da organização (missão, visão, valores);
- Objetivos chaves e estratégicos;
- Macroprocessos relevantes e processos relevantes para a sua realização;
- Áreas, funções e atividades relevantes para a realização dos objetivos e respectivos responsáveis; e
- Medidas de desempenho (metas, indicadores-chaves de desempenho e variações aceitáveis no desempenho)

Após o entendimento das UEs, a AUDIN chegou a um conjunto de objetos que se denominou Universo de Auditoria (Apêndice 2).

### 3.2 Avaliação da maturidade da gestão de riscos

Neste passo, a AUDIN analisou o fluxo constante do documento “Orientação Prática: Plano de Auditoria Interna Baseada em Riscos”, da CGU, disposto a seguir:

Figura 1 – Fluxo de decisões relacionadas com a maturidade da gestão de riscos



Fonte: BRASIL (2020).

Quanto à avaliação da maturidade da governança, gestão de riscos e dos controles internos, esclarecem-se, a seguir, as ações desenvolvidas formalmente pelo IFCE:

- Em 10 de maio de 2017, em cumprimento ao prazo estabelecido no art. 17 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU N° 01/2016, transcrito a seguir, o IFCE publicou a Política de Gestão de Riscos do IFCE:

Art. 17. A política de gestão de riscos, a ser instituída pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal **em até doze meses** a contar da publicação desta Instrução Normativa, deve especificar ao menos: [...]. (grifo nosso)

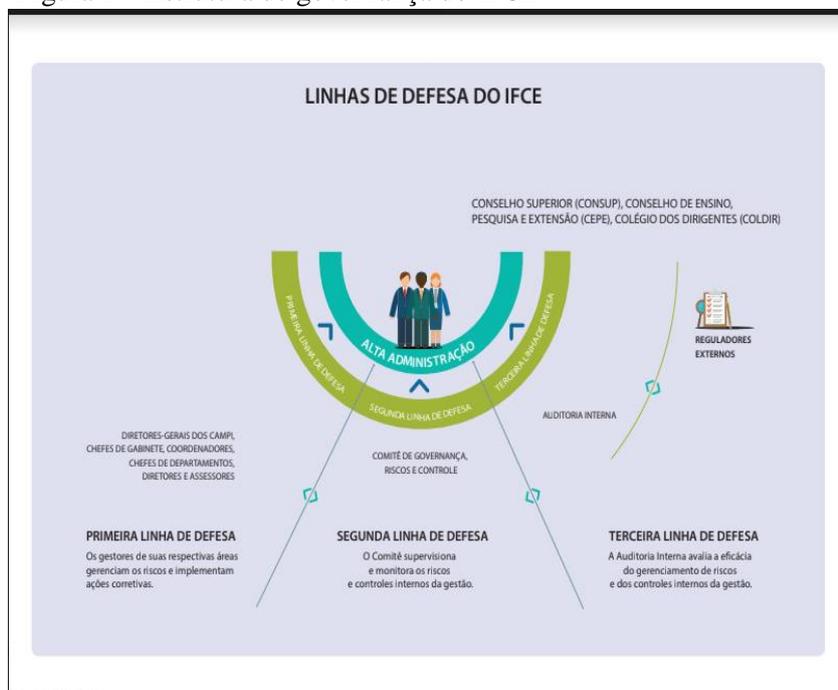
- Em 1º de agosto de 2018, em cumprimento ao art. 23 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n° 01/2016 e por meio da Portaria n° 670/GABR/REITORIA, o IFCE instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controle:

Art. 23. Os órgãos e entidades do Poder Executivo federal deverão instituir, pelos seus dirigentes máximos, Comitê de Governança, Riscos e Controles.

- Em 22 de novembro de 2018, por meio da Portaria N° 999/GABR/REITORIA, foi criada a Coordenadoria de Governança, atualmente composta por dois servidores e vinculada ao Gabinete do Reitor, com intuito de fortalecer a integridade, auxiliar o Comitê de Governança, Riscos e Controle na tomada de decisões e aprimorar o ambiente interno da gestão de riscos do IFCE.
- Em 3 de setembro de 2019, o Comitê de Governança, Riscos e Controle minutou a Metodologia de Gerenciamento de Riscos do IFCE com aplicação em todo o órgão.

Ressalta-se a importância da definição e apresentação dos papéis e responsabilidades da estrutura de governança do IFCE por meio do modelo das linhas, atualizado pelo IIA em 2020.

Figura 2 – Estrutura de governança do IFCE



Fonte: IIA Brasil (2017)

Da análise do fluxo da Figura 1 e da avaliação da maturidade da gestão de riscos no IFCE, concluiu-se que não existe gestão de risco madura, mas é possível identificar e analisar os riscos e associá-los aos objetos de auditoria.

Em virtude dessa análise, a AUDIN estabeleceu que o plano utilizaria a avaliação de riscos realizada pela UAIG, e a seleção dos trabalhos aconteceria com base no MOT (BRASIL, 2017c):

#### 4.1.4 Seleção dos trabalhos de auditoria com base em riscos

[...]

- a) seleção dos trabalhos com base na avaliação de riscos realizada pela Unidade Auditada;
- b) seleção dos trabalhos com base na avaliação de riscos realizada pela UAIG;
- c) seleção dos trabalhos com base em fatores de riscos.

Diante do constatado, a AUDIN se propõe a realizar ações de sensibilização voltadas para a promoção de práticas de gestão de riscos e controles internos.

### 3.3 Seleção dos objetos de auditoria com base em riscos

Neste passo, as equipes de auditores plotaram os riscos relacionados às atividades relevantes de cada UE, já previamente levantadas, vincularam-nos ao universo de auditoria e realizaram uma análise semiquantitativa de cada risco com o produto entre duas variáveis: probabilidade e impacto, gerando uma pontuação individual para cada um.

Os quadros constantes da Figura 3, com a classificação da probabilidade e do impacto, foram extraídos da minuta de gerenciamento de riscos do IFCE elaborada em 2019, mas ainda não aprovada pelo Consup:

Figura 3 – Classificação do impacto e probabilidade dos riscos nos objetivos estratégicos

Classificação	Descrição do impacto nos objetivos, caso o evento ocorra	Peso
Muito baixo	Mínimo impacto nos objetivos.	1
Baixo	Pequeno impacto nos objetivos.	2
Médio	Moderado impacto nos objetivos, porém recuperável.	3
Alto	Significativo impacto nos objetivos, de difícil reversão.	4
Muito Alto	Catastrófico impacto nos objetivos, de forma irreversível.	5

Classificação	Descrição da probabilidade	Peso
Muito baixa	Improvável. Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.	1
Baixa	Rara. De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Média	Possível. De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	3
Alta	Provável. De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade.	4
Muito alta	Praticamente certa. De forma inequívoca, o evento ocorrerá, as circunstâncias indicam claramente essa possibilidade.	5

Fonte: BRASIL (2019)

Os riscos foram relacionados conforme sua magnitude e ranqueados em ordem decrescente de pontuação, de modo que os resultados servissem de insumo para a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

#### 4. RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados da aplicação da metodologia de auditoria baseada em riscos serão apresentados por Unidade Estratégica para facilitar o entendimento dos trabalhos. Ao final deste documento, os resultados serão consolidados para compor o universo de auditoria da AUDIN.

O Quadro 1 apresenta todos os objetivos estratégicos estabelecidos no PDI 2019-2023 com a respectiva UE responsável. Esse documento foi norteador e basilar para o início de qualquer avaliação de riscos.

Quadro 1 – Temas Estratégicos e Objetivos Estratégicos (continua)

Tema Estratégico	Objetivo Estratégico	Área Responsável
Acessibilidade e Diversidade	Fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico-racial	Pró-Reitoria de Extensão
Desenvolvimento Local e Regional	Fortalecer as relações socioprodutivas e culturais nos contextos locais e regionais	Pró-Reitoria de Extensão
Empreendedorismo	Ampliar as parcerias com ecossistemas empreendedores em âmbito local, estadual e nacional.	Pró-Reitoria de Extensão
	Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora no âmbito institucional	Pró-Reitoria de Extensão
Ampliação das Matrículas em Cursos Técnicos e Licenciaturas	Atender aos percentuais previstos na Lei nº 11.892/2008	Pró-Reitoria de Ensino
Tema Estratégico	Objetivo Estratégico	Área Responsável
Ampliação do Número de Estudantes Egressos com Êxito	Reduzir o número de estudantes retidos	Pró-Reitoria de Ensino
	Reduzir a evasão discente	Pró-Reitoria de Ensino
	Preencher as vagas ofertadas	Pró-Reitoria de Ensino
	Ampliar o número de vagas ofertadas	Pró-Reitoria de Ensino
Melhoria da Qualidade do Ensino	Melhorar os indicadores de qualidade de ensino	Pró-Reitoria de Ensino
Padronização e Normatização dos Processos	Padronizar e normatizar os processos internos da área de pessoal	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento	Promover a capacitação e o desenvolvimento dos servidores	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Qualidade de Vida no Trabalho	Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Consolidação da Inovação	Expandir e consolidar a inovação	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
	Expandir e fortalecer os programas de pós-graduação	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Expansão e Excelência da Pós-Graduação	Apoiar a capacitação de servidores do IFCE em cursos de pós-graduação	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
	Fortalecimento da Pesquisa Institucional	Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional
	Aperfeiçoar os procedimentos visando à efetividade e à excelência dos processos internos	Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Efetividade e Excelência na Gestão	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira com foco na otimização dos recursos e na transparência	Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
	Ampliar e modernizar a infraestrutura física do IFCE	Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
Inovação e Sustentabilidade	Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade	Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
Internacionalização do IFCE	Fortalecer e expandir as ações de internacionalização do IFCE	Relações Internacionais
Ensino de Idiomas	Estabelecer e desenvolver a política linguística do IFCE para a capacitação da comunidade acadêmica em idiomas estrangeiros	Relações Internacionais
Estruturação das Relações Internacionais	Consolidar a infraestrutura organizacional necessária ao desenvolvimento das Relações Internacionais no IFCE	Relações Internacionais
Gestão da Segurança da Informação	Disseminar a toda a comunidade conhecimento sobre a importância da segurança da tecnologia da informação e sua gestão	Tecnologia da Informação
Gestão e Continuidade do Negócio	Desenvolver os processos de tecnologia da informação voltados para a continuidade do negócio	Tecnologia da Informação
Planejamento das Aquisições de TI	Buscar a melhoria contínua dos processos de aquisição de TI, tornando-os mais vantajosos, eficientes e alinhados as necessidades da instituição	Tecnologia da Informação
Imagem e Identidade Institucional	Melhorar comunicação interna e externa	Comunicação Social
Promoção dos Direitos Humanos no Âmbito Educacional	Fortalecer a articulação entre a Política de Assistência Estudantil e o Plano de Permanência e Êxito	Assistência Estudantil
	Aprimorar os serviços de alimentação e nutrição do IFCE	Assistência Estudantil
	Melhorar a aplicabilidade dos recursos da Assistência Estudantil	Assistência Estudantil
	Implantar ações para a educação em direitos humanos	Assistência Estudantil

Fonte: Elaboração própria (2021)

#### 4.1 Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI)

A PRPI apresentou, durante a aplicação da metodologia ABR, levantamento de processos e de riscos já concluído no âmbito de seus departamentos. O caso da PRPI foi uma exceção, uma vez que foi a única unidade estratégica com mapeamento de processos e levantamento de riscos. Diante desse fato, a equipe de auditoria utilizou todas as informações levantadas pela unidade estratégica, realizando a validação desses processos e riscos em reunião conjunta.

Os Quadros 2, 3 e 4 apresentam os processos desenvolvidos no âmbito da PRPI e os principais riscos associados.

Quadro 2 – Processos realizados no âmbito da PRPI (continua)

Macroprocessos Finalísticos	Processos/Atividades Relevantes
	P1. Cadastro de eventos na plataforma NL
	P2. Cadastro de projetos com fomento externo
	P3. Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA
	P4. Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

<b>Pesquisa</b>	P5. Criação de revistas	
	P6. Edital primeiros projetos IFCE	
	P7. Edital PROINFRA pesquisador	
	P8. Edital PROINFRA	
	P9. Grupo de pesquisa	
	P10. PIBIC, PIBIC JR, PIBIT	
	P11. Revista Artes	
	P12. Revista Conexões	
	P13. Revista Kariris	
	P14. Revista Mecatrônica	
	P15. Solicitação da troca de bolsista	
	P16. Voluntário	
	<b>Inovação</b>	<b>P17. Processo de pedido de depósito de patente</b>
		P18. Processo de pedido de registro de <i>software</i>
		P19. Processo de pedido de desenho industrial
		P20. Processo de pedido de registro de marca
P21. Processo de pedido de licenciamento		
P22. Processo de pedido de transferência tecnológica		
P23. Processo gestão de propriedade intelectual		
P24. Formalização de convênio ou congêneres		
P25. Formalização de aditivo de convênio ou congêneres		
P26. Processo de distrato de convênio ou congêneres		
P27. Prestação de contas		
<b>Pós-Graduação</b>	<b>P28. Análise de PPC de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i></b>	
	P29. Designação de coordenador de curso	
	P30. Levantamento estatístico de dados dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	
	P31. Levantamento estatístico de dados dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	
	P32. Solicitação de FCC para programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	
	P33. Identificação da proposta de curso de pós-graduação em potencial	
	P34. Indicação da comissão responsável pela elaboração da proposta	
	P35. Elaboração da proposta pela comissão responsável	
	P36. Preenchimento da proposta na Plataforma Sucupira pela comissão responsável	
	P37. Implantação de programas DINTER e/ou MINTER	

Fonte: Elaboração da PRPI (2020)

Quadro 3 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da PRPI (continua)

<b>PESQUISA</b>	R1	Dissonância entre editais e resoluções dos programas de iniciação científica
	R2	Estudos preliminares incorretos na elaboração dos editais
	R3	Atraso no parecer da Procuradoria
	R4	Falta de preparo e qualidade das propostas dos projetos apresentados
	R5	Quantidade de avaliadores <i>ad hoc</i> em número inferior à quantidade de projetos submetidos

	R6	Perda do prazo de solicitação de cotas das unidades de fomento: CNPq e Funcap.
	R7	Distribuição incompatível à titulação do docente
	R8	Indicação pelos pesquisadores de alunos sem perfil previsto nos requisitos do edital
	R9	Realização de pagamento dos bolsistas com dados equivocados
	R10	Realização do pagamento dos bolsistas fora do prazo
	R11	Falta de recursos para pagamento das bolsas
	R12	Indisponibilidade da Plataforma NL para recebimento de relatório
	R13	Falta de apresentação de prestação de contas por parte do coordenador de projeto financiado por esta instituição
	R14	Ausência de documentação necessária à prestação de contas em projeto financiado por esta instituição
	R15	Indisponibilidade de recurso para realização de evento interno ou externo
	R16	Atraso na aquisição de itens necessários à realização do evento
PESQUISA	R17	Autores enviem artigos com conteúdos plagiados
	R18	Artigos publicados com conteúdos plagiados
	R19	Atraso na resposta dos avaliadores
	R20	Atraso das atividades do diagramador
	R21	Perda de prazo da licença de <i>software</i> de detecção de plágio
	R22	Envio de documentação do pesquisador errada/incompleta
	R23	Atraso na entrega da relatoria
	R24	Falta de realização da reunião do Colegiado
	R25	Aprovação de um projeto que fira as normas éticas de pesquisa
	R26	Desconhecimento da Resolução nº 73, de 29 de agosto de 2019, que aprova alterações na Resolução nº 029, de 8 de agosto de 2014
	R27	Falha em Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq
	R28	Falha em Sistema Eletrônico de Informações (SEI - IFCE)
	R29	Certificação de grupo de pesquisa sem parecer da Coordenação de Pesquisa do <i>campus</i>
	R30	Ausência de avaliação de grupos de pesquisa certificados
	R31	Desconhecimento de Regimento Interno da CEUA
	R32	Desconhecimento de normativos do CONCEA
	R33	Falha em sistema de submissão de projetos da CEUA-IFCE
	R34	Desatualização de sistema de submissão de projetos da CEUA-IFCE.
	R35	Ausência de recurso financeiro para viabilizar reuniões presenciais da CEUA-IFCE
	INOVAÇÃO	R36
R37		Depósito de patente com redação feita de maneira inadequada
R38		Falta de identificação de recomendação da revista associada a PI do IFCE
R39		Perda do prazo de pagamento para manutenção de PI
R40		Dados de identificação de inventores omissos ou incompletos em uma PI
R41		Desconhecimento, em tempo real, dos números relacionados à PRPI (patentes, projetos, área de atuação, laboratórios)
R42		Demora para depósito de patente
R43		Perda de interesse do setor público ou privado em formalizar parceria por morosidade
R44		Emissão de parecer equivocado sobre projeto de inovação
R45		Emissão de parecer sobre PI inconsistente
R46	Desmotivação dos servidores em realizar projetos de inovação por desconhecimento dos passos iniciais	

PÓS-GRADUAÇÃO	R47	Desmotivação dos servidores em realizar projetos de inovação por disfunções da burocracia
	R48	Recebimento de PPCs em desacordo com o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>
	R49	PPC aprovado com elementos em desacordo com o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>
	R50	Indisponibilidade de FCC para curso <i>lato sensu</i>
	R51	Baixo interesse por parte dos docentes para assumir as responsabilidades pertinentes à coordenação de um curso
	R52	Acúmulo de atividades pelo gestor de pesquisa e pós-graduação do <i>campus</i>
	R53	Falta de envio dos relatórios parciais e finais pelos coordenadores dos cursos nos termos da Resolução nº 116, de 26 de novembro de 2018
	R54	Atraso dos Coordenadores dos cursos no envio dos relatórios parciais e finais nos termos da Resolução nº 116, de 26 de novembro de 2018
	R55	Recebimento de relatórios previstos na Resolução nº 116, de 26 de novembro de 2018, com dados desatualizados
	R56	Demora para consolidação de dados pela PRPI
PÓS-GRADUAÇÃO	R57	Falta de atualização dos dados dos cursos, na Plataforma Sucupira, por parte dos coordenadores dos programas de pós-graduação
	R58	Dificuldade para consolidação de dados pela PRPI
	R59	Atraso na concessão de FCC pelos órgãos superiores
	R60	Currículo Lattes dos pesquisadores desatualizado
	R61	Indeferimento, por parte da gestão do <i>campus</i> , da participação de docentes para atuar nos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>
	R62	Baixo interesse dos docentes em atuar nos programas de pós-graduação
	R63	Carga horária elevada dos professores potenciais para atuação em programas de pós-graduação
	R64	Falta de tempo hábil para a elaboração da proposta
	R65	Atraso na elaboração da proposta
	R66	Atraso das assinaturas das cartas de apoio pelos setores da instituição e órgãos parceiros
	R67	Atraso da aprovação pelos órgãos colegiados (CONSUP e CEPE)
	R68	Preenchimento da proposta, na Plataforma Sucupira, pela comissão no último dia do prazo
	R69	Ausência de financiamento pela CAPES
R70	Indisponibilidade de recursos na instituição receptora (IFCE)	

Fonte: Elaboração da PRPI (2020)

Quadro 4 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da PRPI (continua)

Macroprocessos Finalísticos	Processos	Riscos Associados	Magnitude Total do Risco
Pesquisa	P1. Cadastro de eventos na plataforma NL	R15 e R16	15
	P2. Cadastro de projetos com fomento externo	R4 e R5	12
	P3. Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA	R31, R32, R33, R34 e R35	56
	P4. Comitê de Ética em Pesquisa – CEP	R31, R32, R33, R34 e R35	56
	P5. Criação de Revistas	R17, R18, R19, R20 e R21	44
	P6. Edital primeiros projetos IFCE	0	0
	P7. Edital PROINFRA pesquisador	R6 à R14; R22 à R25	109
	P8. Edital PROINFRA	R6 à R14; R22 à R25	109
	P9. Grupo de pesquisa	R26, R27, R28, R29 e R30	30
	P10. PIBIC, PIBIC JR, PIBIT	R1 a R14; R22 a R25	154
	P11. Revista Artes	R17 a R21	44

	P12. Revista Conexões	R17 a R21	44
	P13. Revista Kariris	R17 a R21	44
	P14. Revista Mecatrônica	R17 a R21	44
	P15. Solicitação da troca de bolsista	R8 e R9	24
	P16. Voluntário	R12, R13 e R14	36
	<b>Inovação</b>	P17. Processo de pedido de depósito de patente	R36, R37, R40 e R42
P18. Processo de pedido de registro de <i>software</i>		R40	4
P19. Processo de pedido de desenho industrial		R40	4
P20. Processo de pedido de registro de marca		R40	4
P21. Processo de pedido de licenciamento		0	0
P22. Processo de pedido de transferência tecnológica		0	0
P23. Processo gestão de propriedade intelectual		R38 e R39	7
P24. Formalização de convênio ou congêneres		R43, R44, R45, R46 e R47	47
P25. Formalização de aditivo de convênio ou congêneres		R43, R44, R45, R46 e R48	47
P26. Processo de distrato de convênio ou congêneres		0	0
P27. Prestação de contas		0	0
<b>Pós-Graduação</b>	P28. Análise de PPC de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i>	R48 e R49	26
	P29. Designação de coordenador de curso	R50, R51 e R52	49
	P30. Levantamento estatístico de dados dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	R53, R54, R55 e R56	65
	P31. Levantamento estatístico de dados dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	R57 e R58	32
	P32. Solicitação de FCC para programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	R59	5
	P33. Identificação da proposta de curso de pós-graduação em potencial	R60	12
	P34. Indicação da comissão responsável pela elaboração da proposta	R61, R62 e R63	28
	P35. Elaboração da proposta pela comissão responsável	R64, R65, R66 e R67	48
	P36. Preenchimento da proposta, na Plataforma Sucupira, pela comissão responsável	R68	15
	P37. Implantação de programas DINTER e/ou MINTER	R69 e R70	27

Fonte: Elaboração da PRPI, 2020.

## 4.2 Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)

Na PROEXT, a aplicação da metodologia se deu obedecendo a todos os passos (conhecimento da unidade auditada, levantamento de processos/atividades relevantes e levantamento de riscos), tendo em vista que a unidade não dispunha de mapeamento de processos nem de levantamento e/ou gerenciamento de riscos.

Ressalta-se, contudo, que a unidade apresentou um Relatório de Resultados da Extensão 2020, no qual ficou evidente que há um gerenciamento do nível de alcance dos objetivos estratégicos muito bem fundamentado, entretanto não há evidência de que haja uma qualificação e quantificação dos riscos com priorização de riscos críticos e seus respectivos controles mitigadores de efeitos nocivos.

Diante disso, a AUDIN realizou o levantamento de atividades e riscos e a avaliação de riscos na PROEXT, conforme exposto nos quadros a seguir:

Quadro 5 – Processos realizados no âmbito da PROEXT (continua)

Macroprocessos Finalísticos	Processos/Atividades
Empreendedorismo	P1. Assessoria na implantação e gestão das incubadoras
	P2. Assessoria na implantação das empresas juniores
	P3. Planejamento e organização de eventos de empreendedorismo
	P4. Atualização do regulamento das incubadoras
	P5. Assessoria aos <i>campi</i> quanto às atividades com as empresas incubadas
	<b>P6. Apoio aos <i>campi</i> quanto a instrumentos jurídicos a ser utilizados nas atividades da incubadora</b>
	P7. Atualização do regulamento das empresas juniores
	P8. Assessoria aos discentes interessados quanto ao processo implantação de uma empresa júnior
	P9. Formalização de parcerias
	P10. Elaboração de projetos para captação de recursos nas agências de fomento
	P11. Elaboração de editais objetivando a sustentabilidade da rede
	P12. Levantamento dos resultados semestrais e anuais das incubadoras
	P13. Elaboração de relatórios sobre as empresas incubadas e ações de empreendedorismo
	P14. Acompanhamento das atividades das incubadoras e das empresas juniores
Desenvolvimento Local e Regional	<b>P15. Capacitação dos responsáveis pelos setores de estágio dos <i>campi</i></b>
	P16. Ampliação das parcerias para estágio (Impacta no indicador.)
	P17. Criação de espaço institucional ( <i>site</i> ) (Impacta no indicador.)
Cursos e Projetos	P18. Cadastramento dos cursos FIC
	P19. Validação de atividades de extensão no SIGPROEXT Programas e Projetos
	P20. Assessoria para ações de ofertas
	P21. Emissão de certificados
	P22. Atualização do catálogo e dos cursos
Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial	P23. Assessoria para implantação dos NAPNES
	P24. Assessoria para implantação dos NEABIS
	P25. Planejamento e organização de eventos de acessibilidade e diversidade étnico-racial

Fonte: Elaboração própria (2021)

Quadro 6 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da PROEXT

Empreendedorismo	R1	Atuação ineficiente dos docentes no incentivo ao empreendedorismo
	R2	Ineficiência nas estratégias de motivação dos discentes na participação das atividades de empreendedorismo.

Desenvolvimento Local e Regional	R3	Ausência de mecanismos que garantam suporte técnico (empreendedorismo) aos discentes
	R4	Ausência de oferta de vagas de estágio
	R5	Ausência de políticas que assegurem a permanência dos discentes (evasão dos discentes)
	R6	Ausência de informação acerca das vagas disponíveis para estágio
Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial	R7	Ausência de suporte aos discentes do estágio
	R8	Ausência de recurso financeiro e humano para implementar o Núcleo (NAPNE e NEABI)
	R9	Falta de implantação dos NAPNES e NEABIS
	R10	Incapacidade de gerenciar o índice de ações
	R11	Falta de realização de editais de fomento

Fonte: Elaboração própria (2021). Observação: As justificativas para os riscos estão elencadas no Apêndice 3.

Quadro 7 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da PROEXT

Associação dos Riscos ao Universo de Auditoria – PROEXT			
Macroprocessos Finalísticos	Processos	Riscos Associados	Magnitude Total do Risco
Empreendedorismo	P1. Assessoria na implantação e gestão das incubadoras		
	P2. Assessoria na implantação das empresas juniores		
	P3. Planejamento e organização de eventos de empreendedorismo		
	P4. Atualização do regulamento das incubadoras		
	P5. Assessoria aos <i>campi</i> quanto às atividades com as empresas incubadas		
	<b>P6. Apoio aos <i>campi</i> quanto a instrumentos jurídicos a ser utilizados nas atividades da incubadora</b>		
	P7. Atualização do regulamento das empresas juniores		
	P8. Assessoria aos discentes interessados quanto ao processo de implantação de uma empresa júnior		
	P9. Formalização de parcerias		
	P10. Elaboração de projetos para captação de recursos nas agências de fomento	R1	9
	P11. Elaboração de editais objetivando a sustentabilidade da rede	R2 e R3	24
	P12. Levantamento dos resultados semestrais e anuais das incubadoras		
	P13. Elaboração de relatórios sobre as empresas incubadas e ações de empreendedorismo		
	P14. Acompanhamento das atividades das incubadoras e das empresas juniores		
Desenvolvimento Local e Regional	P15. Capacitação dos responsáveis pelos setores de estágio dos <i>campi</i>	R4, R5 e R7	37
	P16. Ampliação das parcerias para estágio (Impacta no indicador.)	R4 e R5	21
	P17. Criação de espaço institucional ( <i>site</i> ) (Impacta no indicador.)	R6 e R7	32
Projetos e Cursos de Extensão	P18. Cadastramento dos cursos FIC		
	P19. Validação de atividades de extensão no SIGPROEXT Programas e Projetos		
	P20. Assessoria para ações de ofertas		
	P21. Emissão de certificados		
	P22. Atualização do catálogo e dos cursos		

<b>Extensão social e cultural</b>	P23. Assessoria para implantação dos NAPNES	R8, R9 e R11	52
	P24. Assessoria para implantação dos NEABIS	R8, R9 e R11	52
	P25. Planejamento e organização de eventos de acessibilidade e diversidade étnico-racial	R10	9

Fonte: Elaboração própria (2021).

### 4.3 Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP)

Na PROAP, a aplicação da metodologia se deu obedecendo a todos os passos (conhecimento da unidade auditada, levantamento de processos/atividades relevantes e levantamento de riscos), tendo em vista que a unidade não dispunha de mapeamento de processos nem de levantamento e/ou gerenciamento de riscos.

Quadro 8 – Processos realizados no âmbito da PROAP (continua)

<b>Macroprocessos de Suporte</b>	<b>Processos/Atividades</b>
<b>Aquisições e Contratações</b>	P1. Criação de curso de EaD com temática voltada às boas práticas para elaboração do documento de formalização da demanda, termo de referência e pesquisa de preços
<b>Infraestrutura</b>	P2. Criação de um catálogo <i>on-line</i> com a lista de fornecedores aptos a oferecer orçamento para composição de mapas de preços com atualização em tempo real e dividido por categorias de produtos/serviços
	P3. Promoção de encontros presenciais anuais, com temática nas áreas de licitações, contratos, almoxarifado, patrimônio e logística, com oficinas de temas relevantes, focadas na troca de experiência e compartilhando saberes (15 oficinas)
	P4. Execução de obras (padronização da infraestrutura, manual de infraestrutura e SIGEBI)
	P5. Sustentabilidade (A3 – adesão e implantação, elaboração do plano ambiental e elaboração da política ambiental)
<b>Gestão de Materiais e Serviços</b>	P6. Implantação do SIADS
	P7. Regularização do inventário de almoxarifado
	P8. Regularização do inventário de patrimônio
	P9. Atualização do Manual de Gestão de Materiais
<b>Execução Orçamentária</b>	P10. Realização do inventário eventual de patrimônio
	P11. Execução orçamentária
	P12. Elaboração de planilh com identificação e listagem dos demandantes (UGR e UG) das notas de empenhos dos RAPs inscritos e reinscritos.
<b>Gestão de riscos dos macroprocessos</b>	P13. Encaminhamento para as UGRs e UGs a relação de notas de empenhos inscritas e reinscritas em RAPs para que as UGRs e UGs avaliem e procedam às cobranças da execução dos serviços ou entrega dos insumos ou procedam ao cancelamento das notas de empenho nos termos da IN 09/2019.
	P14. Formalização da metodologia do mapeamento dos processos
	P15. Elaboração da metodologia do gerenciamento de riscos
	P16. Mapeamento dos processos
	P17. Gerenciamento de riscos

Fonte: Elaboração própria (2021).

Quadro 9 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da PROAP (continua)

Aquisições e Contratações	R1	Fragilidade no diagnóstico da execução contratual do IFCE e dificuldade de melhorar a qualidade na execução dos contratos pela falta de <i>feedback</i> dos gestores dos <i>campi</i> .
	R2	Fragilidade do questionário utilizado, comprometendo a informação do indicador (não mede com fidelidade o que se propõe)
	R3	Fiscalização inadequada, prejudicando a execução contratual
	R4	Opinião inadequada que prejudica a qualidade da percepção de satisfação
	R5	Compra insatisfatória devido à inabilitação do requisitante
	R6	Elaboração inadequada da pesquisa de mercado, comprometendo o preço de referência
Infraestrutura	R7	Ineficiência na elaboração dos projetos
	R8	Inadequação na projeção de ambientes estruturantes
	R9	Atraso na licitação
	R10	Impossibilidade de elaboração do plano ambiental e da política ambiental
	R11	Descontinuidade da execução dos contratos de obra por culpa da administração
Gestão de Materiais e Serviços	R12	Fragilidade nas informações contábeis/patrimoniais do sistema SIADS
	R13	Ineficiência na implantação do SIADS
	R14	Ineficiência no cumprimento da legislação em vigor
	R15	Apoio insuficiente aos <i>campi</i> na implantação do SIADS
Execução Orçamentária	R16	Deficiência na execução orçamentária decorrente da ausência de treinamento
	R17	Inexecução orçamentária decorrente da falta de planejamento e acompanhamento do planejamento
	R18	Ineficiência na comunicação entre DEOR e UGE ( <i>campus</i> )
	R19	Ineficiência na padronização das rotinas de acompanhamento de RAP
	R20	Ineficiência na execução da UGE
Gestão de Riscos	R21	Ausência de padronização dos processos
	R22	Atraso na execução das tarefas
	R23	Fragilidade no suporte técnico e humano no mapeamento do processo
	R24	Fragilidade no suporte técnico e humano no gerenciamento do risco
	R25	Ausência de orientação técnica quanto ao gerenciamento de risco

Fonte: Elaboração própria (2021) Observação. As justificativas para os riscos estão elencadas no Apêndice 3.

Quadro 10 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da PROAP (continua)

Macroprocessos de Suporte	Processos	Riscos Associados	Magnitude Total do Risco
Aquisições e Contratações	P1. Criação de curso de EaD com temática voltada às boas práticas para elaboração do documento de formalização da demanda, termo de referência e pesquisa de preços	R1, R2, R3, R4	44

	P2. Criação de um catálogo <i>on-line</i> com a lista de fornecedores aptos a oferecer orçamento para composição de mapas de preços, com atualização em tempo real e dividido por categorias de produtos/serviços	R5, R6	24
	P3. Promoção de encontros presenciais anuais, com temática nas áreas de licitações, contratos, almoxarifado, patrimônio e logística, com oficinas de temas relevantes, focadas na troca de experiência e compartilhando saberes (15 oficinas)	R1, R2, R3, R4	44
<b>Infraestrutura</b>	P4. Execução de obras (padronização da infraestrutura, manual de infraestrutura e SIGEBI)	R7, R8, R9, R11	68
	P5. Sustentabilidade (A3 – adesão e implantação, elaboração do plano ambiental e elaboração da política ambiental)	R10	25
<b>Gestão de Materiais e Serviços</b>	P6. Implantação do SIADS	R12, R13, R15	48
	P7. Regularização do inventário de almoxarifado	R12, R14	25
	P8. Regularização do inventário de patrimônio	R12, R14	25
	P9. Atualização do Manual de Gestão de Materiais	R14	9
	P10. Realização do inventário eventual de patrimônio	R12, R13, R14	41
<b>Execução Orçamentária</b>	P11. Execução orçamentária	R16 e R17	25
	P12. Elaboração de planilha com identificação e listagem dos demandantes (UGR e UG) das notas de empenhos dos RAPs inscritos e reinscritos.	R18 e R19	32
	P13. Encaminhamento para as UGRs e UGs da relação de notas de empenhos inscritas e reinscritas em RAPs para que as UGRs e UGs avaliem e procedam com as cobranças da execução dos serviços ou entrega dos insumos ou procedam ao cancelamento das Notas de Empenho nos termos da IN 09/2019.	R20	12
<b>Gestão de Riscos</b>	P14. Formalização da metodologia do mapeamento dos processos	R21, R22 e R23	40
	P15. Elaboração da metodologia do gerenciamento de riscos	R22 e R25	24
	P16. Mapeamento dos processos	R21, R22 e R23	40
	P17. Gerenciamento de riscos	R21, R22, R23, R24 e R25	72

Fonte: Elaboração própria (2021).

#### 4.4 Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação (DGTI)

Na DGTI, a aplicação da metodologia se deu obedecendo a todos os passos (conhecimento da unidade auditada, levantamento de processos/atividades relevantes e levantamento de

riscos), tendo em vista que a unidade não dispunha de mapeamento de processos nem de levantamento e/ou gerenciamento de riscos.

Quadro 11 – Processos realizados no âmbito da DGTI

Macroprocessos de Suporte	Processos/Atividades
Governança de TI	P1. Aquisições/contratações de materiais/bens e serviços de TI
	P2. Elaboração de políticas (continuidade do negócio e <i>backup</i> )
	P3. Gestão de contratos de TI
Infraestrutura e Redes	P4. Manutenção da infraestrutura (física e lógica)
	P5. <i>Backup</i>
	P6. Atendimento de chamados de infraestrutura
	P7. Controle de ativos (infraestrutura remota)
Sistemas da Informação	P8. Desenvolvimento de sistemas internos
	P9. Atendimento de <i>tickets</i>
	P10. Tratamento de alertas de segurança

Fonte: Elaboração própria (2021).

Quadro 12 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da DGTI (continua)

Governança de TI	R1	Ineficiência no processo de aquisição de TI
	R2	Deficiência na avaliação dos serviços prestados pela TI
	R3	Ineficiência na gestão da continuidade do negócio
	R4	Ineficiência na gestão dos contratos de TI
Infraestrutura e Redes	R5	Descontinuidade do negócio
	R6	Insatisfação do usuário
	R7	Fragilidade no armazenamento das informações relevantes
Sistemas da Informação	R8	Segurança da informação fragilizada
	R9	Impossibilidade de tratar 100% dos alertas de segurança
	R10	Deficiência no atendimento às demandas dos <i>tickets</i>
	R11	Apoio inadequado à manutenção dos sistemas de informação

Fonte: Elaboração própria (2021) Observação.: As justificativas para os riscos estão elencadas no Apêndice 3.

Quadro 13 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da DGTI

Associação dos Riscos ao Universo de Auditoria – DGTI			
Macroprocessos de Suporte	Processos	Riscos Associados	Magnitude Total do Risco
Governança de TI	P1. Aquisições/contratações de materiais/bens e serviços de TI	R1, R2	32
	P2. Elaboração de políticas (continuidade do negócio e <i>backup</i> )	R3	16
	P3. Gestão de contratos de TI	R4	16

<b>Infraestrutura e Redes</b>	P4. Manutenção da infraestrutura (física e lógica)	R5, R6, R7 e R8	64
	P5. <i>Backup</i>	R5, R6, R7 e R8	64
	P6. Atendimento a chamados de infraestrutura	R5 e R6	32
	P7. Controle de ativos (infraestrutura remota)	R5, R6, R7 e R8	64
<b>Sistemas de Informação</b>	P8. Desenvolver sistemas internos	R11	16
	P9. Atendimento de <i>tickets</i>	R10 e R11	32
	P10. Tratamento de alertas de segurança	R9	12

Fonte: Elaboração própria (2021).

#### 4.5 Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)

Na PROEN, a aplicação da metodologia se deu obedecendo a todos os passos (conhecimento da unidade auditada, levantamento de processos/atividades relevantes e levantamento de riscos), tendo em vista que a unidade não dispunha de mapeamento de processos nem de levantamento e/ou gerenciamento de riscos.

Quadro 14 – Processos realizados no âmbito da PROEN

<b>Macroprocessos Finalísticos</b>	<b>Processos/Atividades</b>
<b>Bibliotecas</b>	P1. Orientação às equipes das bibliotecas no processo de reconhecimentos de cursos
	P2. Elaboração de políticas e projetos de desenvolvimento do sistema de bibliotecas
	P3. Normalização de trabalhos acadêmicos, regimento para a entrega de trabalhos acadêmicos e inclusão no repositório
	P4. Estabelecimento de políticas de formação e desenvolvimento de coleções
<b>Departamento de Educação Física</b>	P5. Realização de jogos internos nos <i>campi</i> (32 <i>campi</i> fazem jogos internos)
	P6. Realização do IF Games – EJIF com a presença de 23 <i>campi</i>
	P7. Participação nos jogos dos IF (na região Nordeste e nacionais)
	P8. Participação em jogos universitários do Ceará, Nordeste e nacionais
	P9. Realização da SEMEF – Semana de Educação Física (anual, para os alunos dos cursos de educação física)
	P10. Elaboração da REFISE – Revista de Educação Física, Saúde e Esporte (anual)
	P11. Realização do Encontro dos Professores de Educação Física (anual)
<b>Coordenadoria de Informações Institucionais</b>	P12. Monitoramento do Sistec, que é alimentado pelos <i>campi</i>
	P13. Validação da Plataforma Nilo Peçanha – PNP
	P14. Trabalho com o Educacenso, com o censo da educação superior - Censup, com o e-MEC e com o Enade
<b>Departamento de Ensino Superior</b>	P15. Contribuição para elaboração de normativos que regem a educação superior
	P16. Orientação do processo do Enade

	P17. Acompanhamento da criação dos cursos no IFCE
	P18. Implementação das matrizes curriculares do MEC
	P19. Apoio à formação docente PIBID/residência pedagógica
<b>Controle de Qualidade dos Dados Acadêmicos e Gestão do Sistema Acadêmico</b>	P20. Cadastro de pessoas no sistema Q-acadêmico
	P21. Suporte de relatórios
	P22. Suporte aos <i>campi</i>
<b>Registros Acadêmicos</b>	P23. Relacionamento com a Qualidata
	P24. Emissão de diplomas
	P25. Emissão de segunda via de diploma, após verificados os critérios exigidos
<b>Departamento de Ensino Básico e Técnico</b>	P26. Despacho e traslado de diplomas e/ou formulários para impressão de diplomas à CCA dos <i>campi</i>
	P27. Estímulo aos <i>campi</i> para a abertura de novos cursos presenciais e EaD
	P28. Atualização do documento norteador dos ensinios integrados
	P29. Participação na elaboração da política de EJA
	P30. Participação na elaboração do regulamento do percentual de implantação da EaD nos cursos técnicos
	P31. Estímulo à reformulação dos PPCs que estão levando à retenção
	P32. Levantamento dos retidos nos estágios
	P33. Acompanhamento da implementação da prática profissional supervisionada nos cursos técnicos
<b>Departamento de Ingressos</b>	P34. Coordenação do processo do alinhamento de matrizes curriculares
	P35. Participação da atualização do manual para elaboração de PPCs
	P36. Seleção para cursos técnicos
	P37. Seleção para cursos de graduação

Fonte: Elaboração própria (2022).

Quadro 15 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da PROEN (continua)

<b>Diagrama de Verificação de Riscos – DVR</b>	
<b>Riscos</b>	
<b>BIBLIOTECAS</b>	R1 Reprovação de reconhecimento de cursos por parte do MEC (F1, A1, A2 e A3)
	R2 Reprovação de curso submetido à aprovação pelo Consup (F1, A1, A2 e A3)
	R3 Possibilidade de o acervo bibliográfico que subsidia as atividades de ensino, pesquisa e extensão estar insuficiente em quantidade ou desalinhado com os parâmetros de criação de cursos (PPC dos cursos) (F1, F2 e A4)
	R4 Comprometimento na qualidade do acervo originado de produções acadêmicas quanto ao alinhamento com as normas técnicas de apresentação (ABNT) (F1, A2 e A4)
	R5 Acompanhamento/monitoramento insuficiente das rotinas das bibliotecas (F1)
<b>DEFE</b>	R6 Preenchimento incompleto das vagas ofertadas (F1,F2, A1 e A2)
	R7 Fortalecimento dos fatores de evasão dos discentes (F1,F2, A1 e A4)
	R8 Ineficiência no apoio técnico e financeiro aos alunos que demandam o DEFE (F1, F2,A1 e A4)
<b>CUI</b>	R9 Contribuição para não atingir dos indicadores na qualidade de ensino. (F1, F2, F3 e F4).
	R10 Deficiência na validação da plataforma Nilo Peçanha

	R11	Registro e divulgação a destempo dos dados do IFCE no Sistec
	R12	Informações deficientes repassadas aos gestores em razão do acompanhamento ineficiente dos sistemas Educacenso, censo da educação superior - Censup, e-MEC e Enade.
DES	R13	Deficiência no apoio à criação de cursos
	R14	Deficiência na avaliação e monitoramento da implementação das matrizes curriculares do MEC no âmbito do IFCE
	R15	Apoio insuficiente na formação docente PIBID/residência pedagógica
	R16	Insucesso no atingimento da nota máxima no ENADE
CAQDA/CGSA	R17	Violação ao direito à proteção dos dados pessoais devido ao gerenciamento deficiente das permissões de uso do sistema Q-Acadêmico
	R18	Apoio intempestivo à gestão em razão de fragilidade do sistema Q-Acadêmico
	R19	Comprometimento das matrículas dos alunos
	R20	Falta de atendimento ou atendimento deficiente às demandas da sociedade
RA	R21	Impressão de diplomas em desacordo com a Resolução N° 043, de 22 de agosto de 2016
	R22	Emissão de segunda via em desacordo com a Resolução N° 043, de 22 de agosto de 2016
	R23	Extravio/adulteração de diplomas e/ou formulários para impressão de diplomas por pessoa não autorizada
DEBT	R24	Apoio insuficiente aos <i>campi</i> na abertura de novos cursos técnicos.
	R25	Deficiências na formulação de diretrizes do Departamento de Ensino Básico e Técnico para os <i>campi</i> .
	R26	Estímulo insuficiente na reformulação dos PPCs.
	R27	Assessoramento incipiente aos <i>campi</i> .
	R28	Contribuição ineficiente na formulação da política de EJA
	R29	Atualização extemporânea dos documentos institucionais ligados ao Departamento de Ensino Básico e Técnico.
	R30	Monitoramento intermitente das diretrizes oriundas do Departamento de Ensino Básico e Técnico
DI	R31	Processo de seleção com excesso de retificação
	R32	Publicação de edital não inclusivo
	R33	Comprometimento da imagem/confiança do IFCE
	R34	Perda de prazo do Sisu

Fonte: Elaboração própria (2022).

Quadro 16 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da PROEN

Associação dos Riscos ao Universo de Auditoria – PROEN			
Macroprocessos Finalísticos	Processos	Riscos Associados	Magnitude Total do Risco
Bibliotecas	P1. Orientar as equipes das bibliotecas no processo de reconhecimentos de cursos	R3	12
	P2. Elaborar políticas e projetos de desenvolvimento do sistema de bibliotecas	R1,R2	16
	P3. Normalização de trabalhos acadêmicos, regramento para a entrega de trabalhos acadêmicos e inclusão no repositório	R5	16
	P4. Estabelecimento de políticas de formação e desenvolvimento de coleções	R4	6

<b>DEFE</b>	P5. Realização de jogos internos nos <i>campi</i> (32 <i>campi</i> fazem jogos internos)	R6, R7, R8, R9	48
	P6. Realização do IF Games – EJIF com a presença de 23 <i>campi</i>	R6, R7, R8, R9	48
	P7. Participação nos Jogos dos IF (na região Nordeste e nacionais)	R6, R7, R8, R9	48
	P8. Participação em jogos universitários do Ceará, Nordeste e nacionais	R6, R7, R8, R9	48
	P9. Realização da SEMEF – Semana de Educação Física (anual, para os alunos dos cursos de educação física)	R6, R7	24
	P10. Elaboração da REFISE – Revista de Educação Física, Saúde e Esporte (anual)	R6, R7	24
	P11. Realização do Encontro dos Professores de Educação Física (anual)	R6, R7	24
<b>CII</b>	P12. Monitoramento do Sistec, que é alimentado pelos <i>campi</i>	R10, R11, R12	44
	P13. Validar a plataforma Nilo Peçanha – PNP	R10, R11, R12	44
	P14. Trabalho com Educacenso, com o censo da educação superior - Censup, com o e-MEC e com o Enade.	R10, R11, R12	44
<b>DES</b>	P15. Contribuição para elaboração de normativos que regem a educação superior	R13	16
	P16. Orientação do processo do Enade	R16	16
	P17. Acompanhamento da criação dos cursos no IFCE	R13	16
	P18. Implementação das matrizes curriculares do MEC	R14	16
	P19. Apoio à formação docente PIBID/residência pedagógica	R5	12
<b>CAQDA/CGSA</b>	P20. Cadastro de pessoas no sistema Q-acadêmico	R17	12
	P21. Suporte de relatórios	R18 e R20	24
	P22. Suporte aos <i>campi</i>	R17, R19 e R20	36
	P23. Relacionamento com a Qualidata	R18 e R20	24
<b>RA</b>	P24. Emissão de diplomas	R21	12
	P25. Emitir segunda via de diploma, após verificados os critérios exigidos	R22	12
	P26. Despacho e traslado de diplomas e/ou formulários para impressão de diplomas à CCA dos <i>campi</i>	R23	12
<b>DEBT</b>	P27. Estímulo aos <i>campi</i> para a abertura de novos cursos presenciais e EaD	R24, R27, R30	48
	P28. Atualização do documento norteador dos ensinios integrados	R25, R27, R29	44
	P29. Participação na elaboração da política de EJA	R28	12
	P30. Participação na elaboração do regulamento do percentual de implantação da EaD nos cursos técnicos	R25, R27, R29	44
	P31. Estímulo à reformulação dos PPCs que estão levando à retenção	R25, R26, R27, R30	64
	P32. Levantamento dos retidos nos estágios	R27, R30	32
	P33. Acompanhamento da implementação da prática profissional supervisionada nos cursos técnicos	R27, R30	32
	P34. Coordenação do processo do alinhamento de matrizes curriculares	R25, R27, R29, R30	60
P35. Participação da atualização do manual para elaboração de PPCs	R25, R27, R29	44	
<b>DI</b>	P36. Seleção para cursos técnicos	R31, R32 e R33	47
	P37. Seleção para cursos de graduação	R31, R32, R33 e R34	59

#### 4.6 Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE)

Na DAE, a aplicação da metodologia se deu obedecendo a todos os passos (conhecimento da unidade auditada, levantamento de processos/atividades relevantes e levantamento de riscos), tendo em vista que a unidade não dispunha de mapeamento de processos nem de levantamento e/ou gerenciamento de riscos.

Quadro 17 – Processos realizados no âmbito da DAE

Macroprocessos de Suporte	Processos/Atividades
Acompanhamento das atividades cadastradas no Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SISAE)	P1. Averiguação mensal dos registros das atividades no SISAE
Acompanhamento do Programa de Alimentação e Nutrição da Política de Assistência Estudantil do IFCE	P2. Análise de relatórios e planilhas enviados semestralmente pelos <i>campi</i>
	P3. Articulação, com pró-reitorias e diretorias sistêmicas, de ações com o intuito de melhorar os serviços de alimentação escolar
<b>Monitoramento da execução do orçamento da Assistência Estudantil destinada a concessão de benefícios de vulnerabilidade</b>	P4. Gestão do orçamento destinado aos benefícios de vulnerabilidade pelos <i>campi</i>
Ações em direitos humanos	P5. Criação dos núcleos locais de gênero e diversidade
	P6. Análise das ações cadastradas no SISAE que tenham vinculação com ações em direitos humanos

Quadro 18 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da DAE

Diagrama de Verificação de Riscos – DVR	
Riscos	
DAE	R1 Impossibilidade de acompanhar as atividades realizadas no SISAE
	R2 Impossibilidade de acompanhamento do Programa de Alimentação e Nutrição da Política de Assistência Estudantil do IFCE
	R3 Falta de atendimento às exigências técnicas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) quanto à oferta do serviço de alimentação
	R4 Descumprimento da legislação vigente
	R5 Não oferta de alimentação escolar e/ou oferta inadequada nos termos da legislação vigente
	R6 Perda de gêneros alimentícios e/ou recursos financeiros
	R7 Inexecução ou execução incompleta do Programa de Alimentação e Nutrição no <i>campus</i>
	R8 Impossibilidade de realizar um monitoramento efetivo da execução do orçamento
	R9 Aumento da demanda reprimida por auxílios de vulnerabilidade prioritários
	R10 Existência de núcleos sem efetividade para o atendimento à demanda

R11 Inexistência de núcleos para o atendimento à demanda

R12 Impossibilidade de acompanhamento da execução da Política de Assistência Estudantil do IFCE no que se refere à realização de ações em direitos humanos

Quadro 19 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da DAE

<b>Associação dos Riscos ao Universo de Auditoria - DAE</b>			
<b>Macroprocessos de Suporte</b>	<b>Processos</b>	<b>Riscos Associados</b>	<b>Magnitude Total do Risco</b>
Acompanhamento das Atividades cadastradas no Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SISAE)	P1. Averiguação mensal dos registros das Atividades no SISAE	R1	12
Acompanhamento do Programa de Alimentação e Nutrição da Política de Assistência Estudantil do IFCE.	P2. Análise de relatórios e planilhas enviados semestralmente pelos <i>campi</i>	R2, R3	28
	P3. Articulação, com pró-reitorias e diretorias sistêmicas, de ações com o intuito de melhorar os serviços de alimentação escolar	R4, R5, R6, R7	51
Monitoramento da execução do orçamento da Assistência Estudantil destinada à concessão de benefícios de vulnerabilidade	P4. Gestão do orçamento destinado aos benefícios de vulnerabilidade pelos <i>campi</i>	R8 e R9	32
Ações em direitos humanos	P5. Criação dos núcleos locais de gênero e diversidade	R10, R11	24
	P6. Análise das ações cadastradas no SISAE que tenham vinculação com ações em direitos humanos	R12	12

#### 4.7 Departamento de Comunicação Social (DCS)

No DCS, a aplicação da metodologia se deu obedecendo a todos os passos (conhecimento da unidade auditada, levantamento de processos/atividades relevantes e levantamento de riscos), tendo em vista que a unidade não dispunha de mapeamento de processos nem de levantamento e/ou gerenciamento de riscos.

Quadro 20 – Processos realizados no âmbito do DCS

<b>Processos realizados no âmbito do DCS – Universo de Auditoria</b>	
<b>Macroprocessos de Suporte</b>	<b>Processos/Atividades</b>
Redes Sociais	P1. Gestão das mídias sociais
Notícias da imprensa	P2. Veiculação de notícias na imprensa
Acesso ao <i>site</i>	P3. Promoção de melhorias e gerenciamento do <i>site</i>

Quadro 21 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos do DCS

#### **Diagrama de Verificação de Riscos – DVR**

Auditoria Interna – Audin/IFCE  
 Rua Jorge Dumar, 1703, Jardim América CEP 60410-426 Fortaleza/CE  
[www.ifce.edu.br](http://www.ifce.edu.br) / [auditoria.reitoria@ifce.edu.br](mailto:auditoria.reitoria@ifce.edu.br)

Riscos	
DCS	R1 Não aumento (estagnação) do número de curtidas
	R2 Perda de seguidores
	R3 Inadaptação do DCS às novas redes sociais
	R4 Dados não fidedignos sobre as notícias veiculadas na imprensa (em relação aos <i>clippings</i> )
	R5 Desproteção da imagem do IFCE
	R6 Redução do número de acessos ao <i>site</i>
	R7 Redução de acesso à informação para os <i>stakeholders</i>

Quadro 22 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria do DCS

Associação dos Riscos ao Universo de Auditoria – DCS			
Macroprocessos de Suporte	Processos	Riscos Associados	Magnitude Total do Risco
Redes Sociais	P1. Gestão das mídias sociais	R1, R2, R3	24
Notícias da imprensa	P2. Veiculação de notícias na imprensa	R4, R5	32
Acesso ao <i>site</i>	P3. Promoção de melhorias e gerenciamento do <i>site</i>	R6, R7	32

#### 4.8 Assessoria de Relações Internacionais (Arinter)

Na Arinter, a aplicação da metodologia se deu obedecendo a todos os passos (conhecimento da unidade auditada, levantamento de processos/atividades relevantes e levantamento de riscos), tendo em vista que a unidade não dispunha de mapeamento de processos nem de levantamento e/ou gerenciamento de riscos.

Quadro 23 – Processos realizados no âmbito da Arinter

Processos realizados no âmbito da ARINTER – Universo de Auditoria	
Macroprocessos de Suporte	Processos/Atividades
ARINTER	P1. Edital IFCE Internacional
	P2. Ofertas de vagas PEC-G
	P3. Edital PROMISAES
	P4. Programa de Intercâmbio Virtual entre o IFCE e o Red River College
	P5. Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
	P6. Formação e renovação de acordos de parcerias e regulamentação e fortalecimento da unidade

Quadro 24 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da Arinter

Diagrama de Verificação de Riscos – DVR
Riscos

<b>ARINTER</b>	R1	Redução de parcerias para intercâmbio de alunos no Programa IFCE Internacional – P1
	R2	Redução de ofertas de vagas para o IFCE Internacional em razão da incapacidade de análises socioeconômicas (insuficiência de pessoal)
	R3	Redução de ofertas de vagas PEC-G em razão da incapacidade de análises socioeconômicas (insuficiência de pessoal)
	R4	Baixa adesão à implantação de Centro de Idiomas em razão do interesse ou das condições de infraestrutura de pessoal e física dos <i>campi</i>
	R5	Enfraquecimento da Assessoria de Relações Internacionais pelo reduzido número de servidores e pela excessiva carga de trabalho da única servidora do setor

Quadro 25 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da Arinter

<b>Associação dos Riscos ao Universo de Auditoria - Arinter</b>			
<b>Macroprocessos de Suporte</b>	<b>Processos</b>	<b>Riscos Associados</b>	<b>Magnitude Total do Risco</b>
<b>Arinter</b>	P1. Edital IFCE Internacional	R1 e R2	16
	P2. Ofertas de vagas PEC-G	R3	8
	P3. Edital PROMISAES		0
	P4. Programa de Intercâmbio Virtual entre o IFCE e o Red River College		0
	P5. Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	R4	16
	P6. Formação e renovação de acordos de parcerias e regulamentação e fortalecimento da unidade	R5	25

#### 4.9 Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)

Na PROGEP, a aplicação da metodologia se deu obedecendo a todos os passos (conhecimento da unidade auditada, levantamento de processos/atividades relevantes e levantamento de riscos). As unidades da PROGEP trouxeram os fluxos de seus principais processos mapeados.

Quadro 26 – Processos realizados no âmbito da PROGEP

<b>Processos realizados no âmbito da PROGEP – Universo de Auditoria</b>	
<b>Macroprocessos de Suporte</b>	<b>Processos/Atividades</b>
<b>Seleção e Movimentação</b>	P1. Colaboração Técnica (servidor externo - de outra IFE)
	P2. Exercício Provisório (servidor externo - de outra IFE)
	P3. Cessão (servidor externo - de outra IFE)
	P4. Redistribuição (campus IFCE - Origem)
	P5. Redistribuição (Requerente externo - Destino)
	P6. Remoção (Processo Seletivo)
	P7. Processo de Seleção Pública de estagiários
	P8. Solicitação de contratação de estagiários
	P9. Prorrogação de contratação de estagiários

	P10. Contratação de Professor Substituto
	P11. Admissão de Pessoal (Concurso)
<b>Desenvolvimento e Avaliação</b>	P12. Elaboração do PDP
	P13. Publicização (Despesas com Pessoal)
	P14. Afastamento para Pós-graduação Stricto Sensu
	P15. Licença capacitação
<b>Aposentadoria e Pensão</b>	P16. Certidão de Tempo de Contribuição para ex-servidor
	P17. Abono de Permanência
	P18. Auxílio Funeral
	P19. Averbação de tempo de serviço anterior
	P20. Isenção de imposto de renda
	P21. Recadastramento (Aposentados e beneficiários de pensão)
	P22. Pensão civil
<b>Legislações e Normas</b>	P23. Licença Prêmio por Assiduidade
	P24. Análise de Processos oriundos de demandas da Procuradoria Federal
	P25. Análise de Processos oriundos de demandas das Varas Federais e Estaduais
	P26. Análise de Processos oriundos de demandas do Ministério Público
<b>Saúde do Servidor</b>	P27. Análise de Processos oriundos de demandas da Ouvidoria, Corregedoria e Auditoria relativas às demandas judiciais
	P28. Adicionais ocupacionais (insalubridade e periculosidade)
	P29. Ressarcimento saúde suplementar
	P30. GEAP
	P31. Ausências: casamento, falecimento pessoa da família, folga eleitoral, revisão eleitoral, júri e doação de sangue
	P32. Licenças e prorrogações: gestante, maternidade, paternidade e adotante
	P33. Escutas e orientações psicológicas online e presencial destinadas a servidores e servidoras do IFC
P34. Ações e Projetos da CASS	
<b>Pessoal</b>	P35. Vacância para Posse em Cargo Inacumulável
	P36. Licença para Tratar de Interesses Particulares
	P37. Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge Ou Companheiro (Com ou Sem Exercício Provisório)
	P38. Remoção por motivo de saúde do servidor ou de pessoa de sua família
	P39. Remoção em virtude de processo seletivo (Após aprovação em Edital de Remoção)
	P40. Horário Especial para Servidor Estudante
	P41. Horário Especial por Deficiência
	P42. Flexibilização de Jornada de Trabalho
	P43. Homologação, Alteração e Interrupção de Férias
	P44. Licença Atividade Política
	P45. Exoneração
	P46. Colaboração Técnica
	P47. Auxílio Moradia
	P48. Atividade Remunerada em Regime de Dedicção Exclusiva (Professor EBTT)
	P49. Alteração de Regime de Trabalho Docente (Professor EBTT)
	P50. Alteração de Jornada TAE
	P51. Ajuda de Custo
	P52. Afastamento para Participar de Curso de Formação
<b>Benefícios e pagamentos</b>	P53. Auxílio Alimentação;

P54. Auxílio Transporte;
P55. Auxílio Moradia;
P56. Auxílio Natalidade;
P57. Auxílio Pré-escolar;
P58. Atualização de dados pessoais;
P59. Atualização de dados bancários;
P60. Cadastro de dependentes (para imposto de renda, assentamento funcional e etc)
P61. Cadastro de Pensão Alimentícia;
P62. Prestação de contas relativas à saúde suplementar dos servidores (ativos, aposentados e pensionistas);
P63. Pagamento de substituição de função.

Quadro 27 – Riscos decorrentes das fraquezas e ameaças dos processos da PROGEP

Diagrama de Verificação de Riscos - DVR	
Riscos	
CDA	R1 Excesso de demandas para CDA.
	R2 PDP com previsão de cursos que não contribuem para o desenvolvimento das atividades dos servidores.
	R3 PDP com demanda excessiva
	R4 Capacitar os servidores sem priorizar aqueles que não foram capacitados ainda, dentro da execução do PDI.
	R5 Ausência de acompanhamento da prestação de contas dos cursos previstos no PDP
	R6 Execução de capacitação por outras Unidades do IFCE sem a análise da CDA
CASS	R7 Baixa adesão dos servidores às ações e projetos da CASS
	R8 Fragilidade na oferta do serviço de escuta psicológica
	R9 PQVT que não direciona a execução para o alcance de todos os servidores

Quadro 28 – Associação dos riscos ao Universo de Auditoria da PROGEP

Associação dos Riscos ao Universo de Auditoria - PROGEP			
Macroprocessos	Processos	Riscos Associados	Magnitude Total do Risco
SELEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO	Colaboração Técnica (servidor externo - de outra IFE)	Não houve risco associado	0
	Exercício Provisório (servidor externo - de outra IFE)	Não houve risco associado	0
	Cessão (servidor externo - de outra IFE)	Não houve risco associado	0
	Redistribuição (campus IFCE - Origem)	Não houve risco associado	0
	Redistribuição (Requerente externo - Destino)	Não houve risco associado	0
	Remoção (Processo Seletivo)	Não houve risco associado	0
	Processo de Seleção Pública de estagiários	Não houve risco associado	0

	Solicitação de contratação de estagiários	Não houve risco associado	0
	Prorrogação de contratação de estagiários	Não houve risco associado	0
	Contratação de Professor Substituto	Não houve risco associado	0
	Admissão de Pessoal (Concurso)	Não houve risco associado	0
DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO	Elaboração do PDP	R1, R2 e R3	40
	Publicização (Despesas com Pessoal)	R4, R5 e R6	49
	Afastamento para Pós-graduação Stricto Sensu	R4 e R5	37
	Licença capacitação	R4	25
APOSENTADORIA E PENSÃO	Certidão de Tempo de Contribuição para ex-servidor	Não houve risco associado	0
	Abono de Permanência	Não houve risco associado	0
	Auxílio Funeral	Não houve risco associado	0
	Averbação de tempo de serviço anterior	Não houve risco associado	0
	Isenção de imposto de renda	Não houve risco associado	0
	Recadastramento (Aposentados e beneficiários de pensão)	Não houve risco associado	0
	Pensão civil	Não houve risco associado	0
	Licença Prêmio por Assiduidade	Não houve risco associado	0
LEGISLAÇÃO E NORMAS	Análise de Processos oriundos de demandas da Procuradoria Federal	Não houve risco associado	0
	Análise de Processos oriundos de demandas das Varas Federais e Estaduais	Não houve risco associado	0
	Análise de Processos oriundos de demandas do Ministério Público	Não houve risco associado	0
	Análise de Processos oriundos de demandas da Ouvidoria, Corregedoria e Auditoria relativas às demandas judiciais	Não houve risco associado	0
SAÚDE DO SERVIDOR	Adicionais ocupacionais (insalubridade e periculosidade)	Não houve risco associado	0
	Ressarcimento saúde suplementar	Não houve risco associado	0
	GEAP	Não houve risco associado	0
	Ausências: casamento, falecimento pessoa da família, folga eleitoral, revisão eleitoral, júri e doação de sangue	Não houve risco associado	0
	Licenças e prorrogações: gestante, maternidade, paternidade e adotante	Não houve risco associado	0
	Escutas e orientações psicológicas online e presencial destinadas a servidores e servidoras do IFC	R8	12
	Ações e Projetos da CASS	R7 e R9	37
PESSOAL	Vacância para Posse em Cargo Inacumulável	Não houve risco associado	0
	Licença para Tratar de Interesses Particulares	Não houve risco associado	0
	Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge Ou Companheiro (Com ou Sem Exercício Provisório)	Não houve risco associado	0
	Remoção por motivo de saúde do servidor ou de pessoa de sua família	Não houve risco associado	0
	Remoção em virtude de processo seletivo (Após aprovação em Edital de Remoção)	Não houve risco associado	0

	Horário Especial para Servidor Estudante	Não houve risco associado	0
	Horário Especial por Deficiência	Não houve risco associado	0
	Flexibilização de Jornada de Trabalho	Não houve risco associado	0
	Homologação, Alteração e Interrupção de Férias	Não houve risco associado	0
	Licença Atividade Política	Não houve risco associado	0
	Exoneração	Não houve risco associado	0
	Colaboração Técnica	Não houve risco associado	0
	Auxílio Moradia	Não houve risco associado	0
	Atividade Remunerada em Regime de Dedicção Exclusiva (Professor EBTT)	Não houve risco associado	0
	Alteração de Regime de Trabalho Docente (Professor EBTT)	Não houve risco associado	0
	Alteração de Jornada TAE	Não houve risco associado	0
	Ajuda de Custo	Não houve risco associado	0
	Afastamento para Participar de Curso de Formação	Não houve risco associado	0
BENEFÍCIOS E PAGAMENTOS	Auxílio Alimentação;	Não houve risco associado	0
	Auxílio Transporte;	Não houve risco associado	0
	Auxílio Moradia;	Não houve risco associado	0
	Auxílio Natalidade;	Não houve risco associado	0
	Auxílio Pré-escolar;	Não houve risco associado	0
	Atualização de dados pessoais;	Não houve risco associado	0
	Atualização de dados bancários;	Não houve risco associado	0
	Cadastro de dependentes (para imposto de renda, assentamento funcional e etc)	Não houve risco associado	0
	Cadastro de Pensão Alimentícia;	Não houve risco associado	0
	Prestação de contas relativas à saúde suplementar dos servidores (ativos, aposentados e pensionistas);	Não houve risco associado	0
	Pagamento de substituição de função.	Não houve risco associado	0

## 5. Rodízio de Ênfase

O rodízio de ênfase trata de uma rotação entre os objetos de auditoria de modo a evitar que o mesmo objeto seja auditado várias vezes e outro não seja auditado. Desse modo, a Audin observará o rodízio dos objetos que pertencem ao universo de auditoria, que será realizado obedecendo a critérios mínimos definidos neste plano, mas poderá observar critérios que possam resultar de fatos supervenientes.

Considera-se, desse modo, que serão auditados os objetos, em cada PAINTE, a partir de 2023, segundo o *ranking* do mapa de calor até que sejam exauridos todos os processos dos pontos A da curva em ordem decrescente de pontuação. Ressalta-se que os objetos de auditoria que apresentem risco de magnitude (probabilidade x impacto) 5x5 terão prioridade no *ranking* dos objetos auditáveis. Após auditados todos os processos de pontuação A, serão levados ao PAINTE os objetos de pontos B e C alternadamente, seguindo a ordem do *ranking*, isto é, um processo B, um processo C, um processo B, um processo C e assim sucessivamente.

O mesmo processo somente será auditado, no mínimo, cinco anos após o exercício em que foi auditado.

## **6. Conclusão**

A metodologia apresentada nesse trabalho para fins de elaboração do PAIN'T 2022 e seguintes está concluída, ou seja, foram finalizados os mapeamentos dos riscos estratégicos dos processos das nove unidades estratégicas do IFCE que fazem parte dos macroprocessos finalísticos e de suporte. Pontua-se também que, à medida que a unidade de auditoria amadurecer, serão incluídos riscos operacionais e riscos de integridade, além dos riscos estratégicos.

Dessa forma, os riscos de quatro das nove unidades estratégicas que formam o conjunto de unidades auditáveis foram mapeados em 2021, a saber: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento – PROAP, Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – PRPI e Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação – DTGI; e de cinco unidades em 2022, a saber: Departamento de Comunicação Social – DCS, Assessoria de Relações Internacionais – ARINTER, Diretoria de Assistência Estudantil – DAE, Pró-Reitoria de Ensino – PROEN e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP.

Com a conclusão desta ação, o universo de auditoria se completa sendo utilizado para elaboração do PAIN'T 2023 e seguintes. A iniciativa da unidade de auditoria na aplicação dessa metodologia é um passo no assessoramento à gestão para o processo de elaboração de um gerenciamento de riscos da própria unidade auditada, bem como trouxe à primeira linha a percepção da importância da gestão dos riscos nos processos executados. Considera-se, por fim, um saldo positivo de valor agregado à gestão na execução desse trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR ISO 31000:2018. **Gestão de riscos:** diretrizes. Rio de Janeiro, RJ. 2018. Disponível em: <<https://www.apostilasopcao.com.br/arquivos-opcao/erratas/10677/66973/abnt-nbr-iso-31000-2018.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. Controladoria Geral da União. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 89, de 11 maio 2016. Seção 1, p. 14. Disponível em: <<https://bit.ly/3et7TZH>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 1.171/2017-P. Brasília, DF: TCU, 2017a. Disponível em: <[https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/resultado/acordao-completo/\\*/NUMACORDAO%253A1171%2520ANOACORDAO%253A2017%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/%2520](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/resultado/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1171%2520ANOACORDAO%253A2017%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/%2520)>. Acesso em: 3 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU). Instrução Normativa nº 3, de 9 de junho de 2017. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 111, de 12 jun. 2017b. Seção 1, p. 50. Disponível em: <<https://bit.ly/2A10diA>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU). Instrução Normativa nº 8, de 6 de dezembro de 2017. Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 235, de 8 dez. 2017c. Seção 1, p. 205. Disponível em: <<https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/33405>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-23**. Fortaleza : IFCE, 2018a. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2019-23-versao-final.pdf/view>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Portaria nº 670/GABR/REITORIA, de 1 de agosto de 2018. Constituir, conforme quadro abaixo, o Comitê de Governança, Riscos e Controle, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, eleitos na 71ª Reunião Ordinária do Colégio de Dirigentes. **Boletim de Serviço Reitoria**, Fortaleza, CE, n. 359, de ago. 2018b. Ano LIII, p. 6-7. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/boletim-de-servicos-1/reitoria/2018/agosto-parcial.pdf/view>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Portaria nº 999/GABR/REITORIA, de 22 de novembro de 2018. Instituir a Coordenadoria de Governança como unidade responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Boletim de Serviço Reitoria**, Fortaleza, CE, n. 362, de nov. 2018c. Ano LIII, p. 125-126. Disponível em:

<<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/boletim-de-servicos-1/reitoria/2018/boletim-novembro.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. MINUTA: metodologia de gerenciamento de riscos do IFCE, de 3 de setembro de 2019. Fica instituída a metodologia de gerenciamento de riscos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, considerando os seguintes componentes: I. Ambiente interno; II. Mapeamento dos processos; III. Fixação de objetivos; IV. Identificação de eventos; V. Avaliação de riscos; VI. Resposta a risco; VII. Atividades de controle; VIII. Informações e comunicações; e IX. Monitoramento. Fortaleza, CE: IFCE, 2019. **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**, Fortaleza, CE, Processo nº 23255.008670/2019-04, de 27 de set. 2019. Minuta 1025977. Disponível em:

<[https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_download\\_anexo&acao\\_origem=procedimento\\_visualizar&id\\_anexo=451745&infra\\_sistema=100000100&infra\\_unidade\\_atual=110000845&infra\\_hash=b86a52aa06681abe2fc1eb163b4e94685e7483de260caac5a83b4fc25910e104](https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_download_anexo&acao_origem=procedimento_visualizar&id_anexo=451745&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000845&infra_hash=b86a52aa06681abe2fc1eb163b4e94685e7483de260caac5a83b4fc25910e104)>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). Secretaria Federal de Controle Interno (SFC). Coordenação-Geral de Prospecção e Inovação (CGPRI). **Orientação prática: Plano de Auditoria Interna Baseada em Riscos**. Brasília DF, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/44970>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

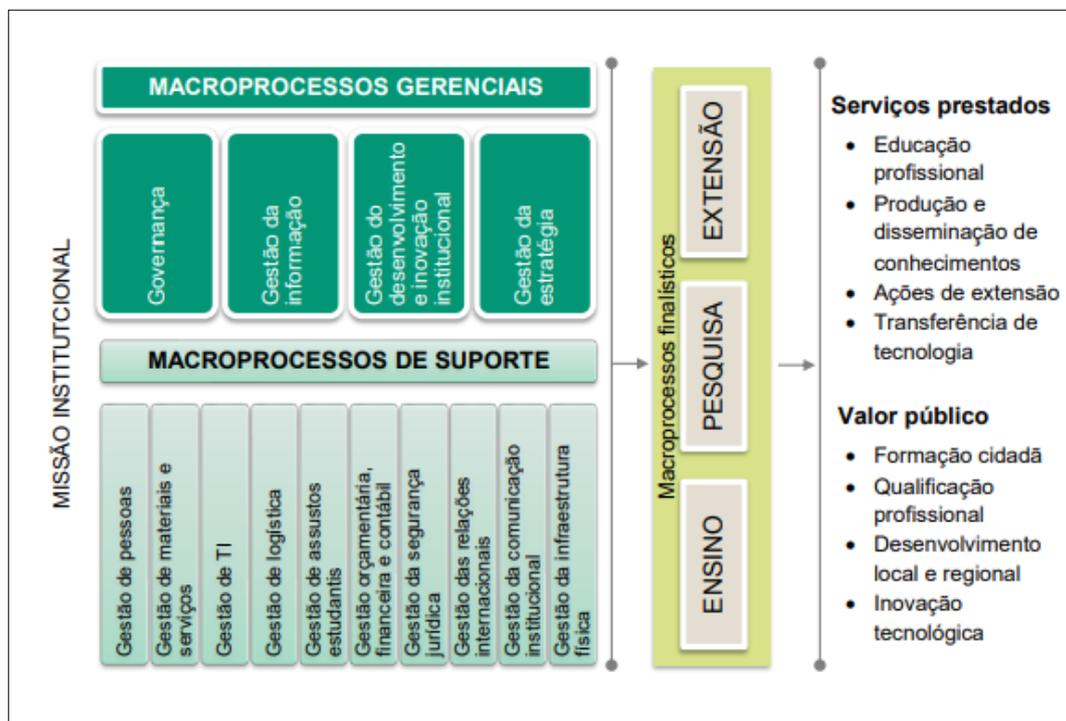
\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Relatório de gestão do exercício de 2020**. IFCE: Fortaleza CE, 2021. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/processo-de-contas/processo-de-contas-exercicio-2020.pdf/view>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

SANTOS, Paulo Ricardo Martins Ricarte dos. **Planejamento de auditoria baseado em riscos: proposta de aplicação da metodologia de Planejamento de Auditoria Baseada em Riscos na seleção de objetos de auditoria relacionados à mobilidade urbana**. 2019. Monografia (Pós-Graduação em auditoria financeira) - Escola Superior do Tribunal de Contas da União, Instituto Serzedello Corrêa, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/planejamento-de-auditoria-baseado-em-riscos-proposta-de-aplicacao-da-metodologia-de-planejamento-de-auditoria-baseada-em-riscos-na-selecao-de-objetos-de-auditoria-relacionados-a-mobilidade-urbana-8a81881e75036ee0017555bf70092eb8.htm>. Acesso em: 3 nov. 2021

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS. **Normas e Orientações: Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF)**. São Paulo, SP: IIA Brasil: IPPF, 2017. Disponível em: <[https://auditoria.mpu.mp.br/pgmq/normas\\_internacionais\\_para\\_a\\_pratica\\_de\\_auditoria\\_interna.pdf](https://auditoria.mpu.mp.br/pgmq/normas_internacionais_para_a_pratica_de_auditoria_interna.pdf)>. Acesso em : 3 nov. 2021

## APÊNDICE 1 – Cadeia de Valor

Figura 4 – Cadeia de Valor do IFCE 2021



Fonte: Relatório de Gestão 2020 IFCE. BRASIL(2021).

## APÊNDICE 2 – Universo de Auditoria

Macroprocessos Finalísticos/Suporte	Processos/Atividades Relevantes
<b>Pesquisa</b>	P1. Cadastro de eventos na plataforma NL
	P2. Cadastro de projetos com fomento externo
	P3. Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA
	P4. Comitê de ética em pesquisa – CEP
	P5. Criação de revistas
	P6. Edital primeiros projetos IFCE
	P7. Edital PROINFRA pesquisador
	P8. Edital PROINFRA
	P9. Grupo de Pesquisa
	P10. PIBIC PIBIC JR PIBIT
	P11. Revista Artes
	P12. Revista Conexões
	P13. Revista Kariris
	P14. Revista Mecatrônica
	P15. Solicitação da troca de bolsista
	P16. Voluntário
<b>Inovação</b>	P17. Processo de pedido de depósito de patente
	P18. Processo de pedido de registro de <i>software</i>
	P19. Processo de pedido de desenho industrial
	P20. Processo de pedido de registro de marca
	P21. Processo de pedido de licenciamento
	P22. Processo de pedido de transferência tecnológica
	P23. Processo de gestão de propriedade intelectual
	P24. Formalização de convênio ou congêneres
	P25. Formalização de aditivo de convênio ou congêneres
	P26. Processo de distrato de convênio ou congêneres
	P27. Prestação de contas
<b>Pós-Graduação</b>	P28. Análise de PPC de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i>
	P29. Designação de coordenador de curso
	P30. Levantamento estatístico de dados dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>
	P31. Levantamento estatístico de dados dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>
	P32. Solicitação de FCC para programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>
	P33. Identificação da proposta de curso de pós-graduação em potencial
	P34. Indicação da comissão responsável pela elaboração da proposta
	P35. Elaboração da proposta pela comissão responsável
	P36. Preenchimento da proposta na Plataforma Sucupira pela comissão responsável
	P37. Implantação de programas DINTER e/ou MINTER

<b>Empreendedorismo</b>	P1. Assessoria na implantação e gestão das incubadoras
	P2. Assessoria na implantação das empresas juniores
	P3. Planejamento e organização de eventos de empreendedorismo
	P4. Atualização do regulamento das incubadoras
	P5. Assessoria aos Campi quanto às atividades com as empresas incubadas
	<b>P6. Apoio aos campi quanto a instrumentos jurídicos a ser utilizados nas atividades da incubadora</b>
	P7. Atualização do regulamento das empresas juniores
	P8. Assessoria aos discentes interessados quanto ao processo de implantação de uma empresa júnior
	P9. Formalização de parcerias
	P10. Elaboração de projetos para captação de recursos nas agências de fomento
	P11. Elaboração de editais objetivando a sustentabilidade da rede
	P12. Levantamento dos resultados semestrais e anuais das incubadoras
	P13. Elaboração de relatórios sobre as empresas incubadas e ações de empreendedorismo
	P14. Acompanhamento das atividades das incubadoras e das empresas juniores
<b>Desenvolvimento Local e Regional</b>	P15. Capacitação dos responsáveis pelos setores de estágio dos <i>campi</i>
	P16. Ampliação das parcerias para estágio (Impacta no indicador.)
	P17. Criação de espaço institucional ( <i>site</i> ) (Impacta no indicador.)
<b>Cursos e Projetos</b>	P18. Cadastramento dos cursos FIC
	P19. Validação de atividades de extensão no SIGPROEXT Programas e Projetos
	P20. Assessoria para ações de ofertas
	P21. Emissão de certificados
	P22. Atualização do catálogo e dos cursos
<b>Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial</b>	P23. Assessoria para implantação dos NAPNES
	P24. Assessoria para implantação dos NEABIS
	P25. Planejamento e organização de eventos de acessibilidade e diversidade étnico-racial
<b>Governança de TI</b>	P1. Aquisições/contratações de materiais/bens e serviços de TI
	P2. Elaboração de políticas (continuidade do negócio e <i>backup</i> )
	P3. Gestão de contratos de TI
<b>Infraestrutura e Redes</b>	P4. Manutenção da infraestrutura (física e lógica)
	P5. <i>Backup</i>
	P6. Atendimento a chamados de infraestrutura
	P7. Controle de ativos (infraestrutura remota)
<b>Sistemas da Informação</b>	P8. Desenvolver sistemas internos
	P9. Atendimento de <i>tickets</i>
	P10. Tratamento de alertas de segurança
<b>Aquisições e Contratações</b>	P1. Criação de curso de EAD, com temática voltada às boas práticas para elaboração do documento de formalização da demanda, termo de referência e pesquisa de preços
	P2. Criação de um catálogo <i>on-line</i> com a lista de fornecedores aptos a oferecer orçamento para composição de mapas de preços, com atualização em tempo real e dividido por categorias de produtos/serviços
	P3. Promoção de encontros presenciais anuais, com temática nas áreas de licitações, contratos, almoxarifado, patrimônio e logística, com oficinas de temas relevantes, focadas na troca de experiência e compartilhando saberes (15 oficinas)

<b>Infraestrutura</b>	P4. Execução de obras (padronização da infraestrutura, manual de infraestrutura e SIGEBI)
	P5. Sustentabilidade (A3 – Adesão e implantação, elaboração do plano ambiental e elaboração da política ambiental)
<b>Gestão de Materiais e Serviços</b>	P6. Implantação do SIADS
	P7. Regularização do inventário de almoxarifado
	P8. Regularização do inventário de patrimônio
	P9. Atualização do Manual de Gestão de Materiais
	P10. Realização do inventário eventual de patrimônio
<b>Execução Orçamentária</b>	P11. Execução orçamentária
	P12. Elaboração de planilha com a identificação e listagem dos demandantes (UGR e UG) das notas de empenho dos RAPs inscritos e reinscritos
	P13. Encaminhamento para as UGRs e UGs da relação de notas de empenhos inscritas e reinscritas em RAPs para que as UGRs e UGs avaliem e procedam às cobranças da execução dos serviços ou entrega dos insumos ou procedam ao cancelamento das notas de empenho nos termos da IN 09/2019.
<b>Gestão de riscos dos macroprocessos</b>	P14. Formalização da metodologia do mapeamento dos processos
	P15. Elaboração da Metodologia do gerenciamento de riscos
	P16. Mapeamento dos processos
	P17. Gerenciamento de riscos
<b>Bibliotecas</b>	P1. Orientação às equipes das bibliotecas no processo de reconhecimentos de cursos
	P2. Elaboração de políticas e projetos de desenvolvimento do sistema de bibliotecas
	P3. Normalização de trabalhos acadêmicos, regimento para a entrega de trabalhos acadêmicos e inclusão no repositório
	P4. Estabelecimento de políticas de formação e desenvolvimento de coleções
<b>DEFE</b>	P5. Realização de jogos internos nos <i>campi</i> (32 <i>campi</i> fazem jogos internos)
	P6. Realização do IF Games – EJIF com a presença de 23 <i>campi</i>
	P7. Participação nos jogos dos IF (na região Nordeste enacionais)
	P8. Participação em jogos universitários do Ceará, Nordeste e nacionais
	P9. Realização da SEMEF – Semana de Educação Física (anual, para os alunos dos cursos de educação física)
	P10. Elaboração da REFISE – Revista de Educação Física, Saúde e Esporte (anual)
	P11. Realização do Encontro dos Professores de Educação Física (anual)
<b>CII</b>	P12. Monitoramento do Sistec, que é alimentado pelos <i>campi</i>
	P13. Validação da plataforma Nilo Peçanha – PNP
	P14. Trabalho com o Educacenso, com o Censo da Educação Superior - Censup, com o e-MEC e com o Enade
<b>DES</b>	P15. Contribuição para a elaboração de normativos que regem a educação superior
	P16. Orientação do processo do Enade
	P17. Acompanhamento da criação dos cursos no IFCE
	P18. Implementação das matrizes curriculares do MEC
	P19. Apoio à formação docente PIBID/residência pedagógica
<b>CAQDA/CGSA</b>	P20. Cadastro de pessoas no sistema Q-acadêmico

	P21. Suporte de relatórios
	P22. Suporte aos <i>campi</i>
	P23. Relacionamento com a Qualidata
<b>RA</b>	P24. Emissão de diplomas
	P25. Emissão de segunda via de diploma, após verificados os critérios exigidos
	P26. Despacho e traslado de diplomas e/ou formulários para impressão de diplomas à CCA dos <i>campi</i>
<b>DEBT</b>	P27. Estímulo aos <i>campi</i> para a abertura de novos cursos presenciais e de EAD
	P28. Atualização do documento norteador dos ensinos integrados
	P29. Participação na elaboração da política de EJA
	P30. Participação na elaboração do regulamento do percentual de implantação da EAD nos cursos técnicos
	P31. Estímulo à reformulação dos PPCs que estão levando à retenção
	P32. Levantamento dos retidos nos estágios
	P33. Acompanhamento da implementação da prática profissional supervisionada nos cursos técnicos
	P34. Coordenação do processo do alinhamento de matrizes curriculares
	P35. Participação da atualização do manual para elaboração de PPCs
<b>DI</b>	P36. Seleção para cursos técnicos
	P37. Seleção para cursos de graduação
<b>Acompanhamento das atividades cadastradas no Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SISAE)</b>	P1. Averiguação mensal dos registros das atividades no SISAE
<b>Acompanhamento do Programa de Alimentação e Nutrição da Política de Assistência Estudantil do IFCE</b>	P2. Análise de relatórios e planilhas enviados semestralmente pelos <i>campi</i>
	P3. Articulação com pró-reitorias e diretorias sistêmicas de ações com o intuito de melhorar os serviços de alimentação escolar
<b>Monitoramento da execução do orçamento da Assistência Estudantil destinada à concessão de benefícios de vulnerabilidade</b>	P4. Gestão do orçamento destinado aos benefícios de vulnerabilidade pelos <i>campi</i>
<b>Ações em direitos humanos</b>	P1. Averiguação mensal dos registros das atividades no SISAE
	P2. Análise de relatórios e planilhas enviados semestralmente pelos <i>campi</i>
<b>Redes Sociais</b>	P1. Gestão das mídias sociais
<b>Notícias da imprensa</b>	P2. Veiculação de notícias na imprensa
<b>Acesso ao site</b>	P3. Promoção de melhorias e gerenciamento do <i>site</i>
<b>ARINTER</b>	P1. Edital IFCE Internacional
	P2. Ofertas de vagas PEC-G
	P3. Edital PROMISAES
	P4. Programa de Intercâmbio Virtual entre o IFCE e o Red River College
	P5. Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
<b>CSM</b>	P1. Colaboração Técnica (servidor externo - de outra IFE)
	P2. Exercício Provisório (servidor externo - de outra IFE)
	P3. Cessão (servidor externo - de outra IFE)
	P4. Redistribuição (campus IFCE - Origem)

	P5. Redistribuição (Requerente externo - Destino)
	P6. Remoção (Processo Seletivo)
	P7. Processo de Seleção Pública de estagiários
	P8. Solicitação de contratação de estagiários
	P9. Prorrogação de contratação de estagiários
	P10. Contratação de Professor Substituto
	P11. Admissão de Pessoal (Concurso)
<b>CDA</b>	P12. Elaboração do PDP
	P13. Publicização (Despesas com Pessoal)
	P14. Afastamento para Pós-graduação Stricto Sensu
	P15. Licença capacitação
<b>COAP</b>	P16. Certidão de Tempo de Contribuição para ex-servidor
	P17. Abono de Permanência
	P18. Auxílio Funeral
	P19. Averbação de tempo de serviço anterior
	P20. Isenção de imposto de renda
	P21. Recadastramento (Aposentados e beneficiários de pensão)
	P22. Pensão civil
	P23. Licença Prêmio por Assiduidade
<b>CLN</b>	P24. Análise de Processos oriundos de demandas da Procuradoria Federal
	P25. Análise de Processos oriundos de demandas das Varas Federais e Estaduais
	P26. Análise de Processos oriundos de demandas do Ministério Público
	P27. Análise de Processos oriundos de demandas da Ouvidoria, Corregedoria e Auditoria relativas às demandas judiciais
<b>CASS/CPM</b>	P28. Adicionais ocupacionais (insalubridade e periculosidade)
	P29. Ressarcimento saúde suplementar
	P30. GEAP
	P31. Ausências: casamento, falecimento pessoa da família, folga eleitoral, revisão eleitoral, júri e doação de sangue
	P32. Licenças e prorrogações: gestante, maternidade, paternidade e adotante
	P33. Escutas e orientações psicológicas online e presencial destinadas a servidores e servidoras do IFC
	P34. Ações e Projetos da CASS
<b>COPS</b>	P35. Vacância para Posse em Cargo Inacumulável
	P36. Licença para Tratar de Interesses Particulares
	P37. Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge Ou Companheiro (Com ou Sem Exercício Provisório)
	P38. Remoção por motivo de saúde do servidor ou de pessoa de sua família
	P39. Remoção em virtude de processo seletivo (Após aprovação em Edital de Remoção)
	P40. Horário Especial para Servidor Estudante
	P41. Horário Especial por Deficiência
	P42. Flexibilização de Jornada de Trabalho
	P43. Homologação, Alteração e Interrupção de Férias
	P44. Licença Atividade Política
	P45. Exoneração
	P46. Colaboração Técnica
	P47. Auxílio Moradia

	P48. Atividade Remunerada em Regime de Dedicção Exclusiva (Professor EBTT)
	P49. Alteração de Regime de Trabalho Docente (Professor EBTT)
	P50. Alteração de Jornada TAE
	P51. Ajuda de Custo
	P52. Afastamento para Participar de Curso de Formação
<b>CCB/ COPAG</b>	P53. Auxílio Alimentação;
	P54. Auxílio Transporte;
	P55. Auxílio Moradia;
	P56. Auxílio Natalidade;
	P57. Auxílio Pré-escolar;
	P58. Atualização de dados pessoais;
	P59. Atualização de dados bancários;
	P60. Cadastro de dependentes (para imposto de renda, assentamento funcional e etc)
	P61. Cadastro de Pensão Alimentícia;
	P62. Prestação de contas relativas à saúde suplementar dos servidores (ativos, aposentados e pensionistas);
	P63. Pagamento de substituição de função.

Fonte: Elaboração própria (2021/2022)

## APÊNDICE 3 – Justificativas para os níveis de risco

### PRPI

As análises dos riscos da PRPI foram realizadas pela própria unidade estratégica e estão arquivadas na pasta da Ação 05/Paint 2021.

### PROEXT

R1 - Probabilidade média, pois é possível o evento ocorrer diante das considerações apresentadas pela coordenadora da área em reuniões realizadas com a Audin, que apontou a necessidade de ajuda aos professores para incentivar os alunos.

R1 - Impacto médio, pois o evento tem impacto moderado nos objetivos, sendo possível sua reversão por meio de outras estratégias.

R2 - Probabilidade alta, pois é provável o evento ocorrer frente às considerações da coordenadora quanto ao recurso disponibilizado para ofertar bolsas, quanto à estrutura física ofertada e quanto ao envolvimento do docente no incentivo aos discentes em relação aos projetos de empreendedorismo.

R2 - Impacto médio, pois o evento tem impacto moderado nos objetivos, sendo possível sua reversão por meio de outras estratégias.

R3 - Probabilidade alta, pois é provável o evento ocorrer frente às considerações da coordenadora e do Relatório de Resultados de 2020 da PROEXT, que elencam os seguintes desafios: disponibilizar mais recursos para apoio das ações das incubadoras, aumentar as equipes das incubadoras e disponibilizar mais infraestrutura de apoio às incubadoras e às empresas incubadas.

R3 - Impacto médio, pois o evento tem impacto moderado nos objetivos, sendo possível sua reversão por meio do fortalecimento das estratégias.

R4 - Probabilidade média, pois é possível o evento ocorrer, tendo em vista as considerações apontadas pelo coordenador do setor e pelo Relatório de Resultados de 2020 da PROEXT, que afirma que muitos *campi* ainda não dispõem da coordenação de estágio, sendo relevante a criação/manutenção de um setor de gerenciamento de estágio nos *campi* que tenha como uma das principais atribuições acompanhar de perto a experiência de estágio dos alunos, com os professores orientadores, de forma a garantir integralmente a aplicação da regulamentação nacional e da regulamentação interna da prática de estágio supervisionado.

R4 - Impacto alto, pois o evento tem impacto significativo nos objetivos, de difícil reversão.

R5 - Probabilidade média, pois é possível o evento ocorrer, tendo em vista as considerações apontadas pelo coordenador quanto à necessidade de atualização do manual de estágio e de regulamentação interna do jovem aprendiz.

R5 - Impacto médio, pois o evento tem impacto moderado nos objetivos, sendo possível sua reversão.

R6 - Probabilidade alta, pois é provável o evento ocorrer frente às considerações do coordenador de que a principal ferramenta, o *site*, encontra-se desatualizado.

R6 - Impacto alto, pois o evento tem impacto significativo nos objetivos, de difícil reversão.

R7 - Probabilidade alta, pois é provável o evento ocorrer frente às considerações do coordenador de que a principal ferramenta, o *site*, encontra-se desatualizado, as equipes do setor de estágio necessitam de capacitação e alguns *campi* não possuem o setor de estágio em sua estrutura.

R7 - Impacto alto, pois o evento tem impacto significativo nos objetivos, de difícil reversão.

R8 - Probabilidade alta, pois é provável o evento ocorrer frente às considerações dos coordenadores, em reuniões realizadas com a Audin, bem como no Relatório de Resultados de 2020 da PROEXT, de que poucos recursos humanos, compostos por equipes multiprofissionais para a atuação nas temáticas da acessibilidade e da diversidade, **e a falta de verbas específicas do governo federal têm sido grandes dificultadores para se efetivar a inclusão de modo geral, a educação inclusiva e uma extensão socialmente comprometida.**

R8 - Impacto alto, pois o evento tem impacto significativo nos objetivos de difícil reversão.

R9 - Probabilidade alta, pois é provável o evento ocorrer frente às considerações dos coordenadores, em reuniões realizadas com a Audin, bem como no Relatório de Resultados de 2020 da PROEXT, de que poucos recursos humanos, compostos por equipes multiprofissionais para a atuação nas temáticas da acessibilidade e da diversidade, **a falta de verbas específicas do governo federal e a falta de apoio e reconhecimento das ações dos núcleos pelas gestões dos *campi* e Reitoria têm sido grandes dificultadores para se efetivar a inclusão de modo geral, a educação inclusiva e uma extensão socialmente comprometida.**

R9 - Impacto alto, pois o evento tem impacto significativo nos objetivos, de difícil reversão.

R10 - Probabilidade média, pois é possível o evento ocorrer, tendo em vista as considerações apontadas pelos coordenadores e no Relatório de Resultados de 2020 da PROEXT de que para melhor delinear os índices para o acompanhamento do trabalho é necessária a existência de sistemas no ensino, pesquisa e gestão de pessoas para que sejam cadastradas outras ações que não da extensão, como: atividades extracurriculares, que seriam do âmbito do ensino; grupos de estudo, da área de ensino e pesquisa; e capacitação/formação, da área de gestão de pessoas.

R10 - Impacto médio, pois o evento tem impacto moderado nos objetivos sendo possível sua reversão.

R11- Probabilidade alta, pois é provável o evento ocorrer frente às considerações dos coordenadores em reuniões realizadas com a Audin, bem como no Relatório de Resultados de 2020 da PROEXT, de que, em 2020, o Edital PAPEX (Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão) também não foi executado, impedindo a participação de muitos discentes nos projetos de extensão comumente fomentados pela Proext. Dessa forma, espera-se que a execução do PAPEX e de outros editais nos anos seguintes e a curricularização da extensão ampliem significativamente o percentual de participação discente nas ações de extensão.

R11- Impacto muito alto, pois o evento tem impacto catastrófico nos objetivos, de forma irreversível.

## PROAP

R1. Probabilidade média, uma vez que, no caso de prorrogação contratual, os fiscais sempre respondem, mas, no caso de encerramento do contrato, há ocorrência de ausência de resposta aos questionários

R1. Impacto alto, uma vez que, após encerrados os contratos, torna-se difícil retornar e fazer a avaliação da qualidade da execução frente à insuficiência de capacidade operacional, impactando significativamente o alcance do objetivo.

R2. Probabilidade alta, porque o questionário não está baseado em uma metodologia adequada e testada.

R2. Impacto alto, porque o questionário não vai retratar com fidedignidade a percepção de qualidade.

R3. Probabilidade alta devido a fiscalização inadequada, diagnosticada pelos auditores quando da realização de auditorias na execução dos contratos no IFCE.

R3. Impacto alto, pois fiscalização inadequada impacta significativamente na qualidade da execução dos contratos, comprometendo a excelência na execução dos processos da PROAP.

R4. Probabilidade média, pois a instituição já orienta aos requisitantes, por meio de capacitações, que o requisitante e o usuário do bem ou serviço demandado devem ser a mesma pessoa, de modo que a possibilidade de esse risco ocorrer é moderada.

R4. Impacto alto, pois, na ocorrência de o requisitante não ser a mesma pessoa que irá utilizar o bem ou serviço, a opinião emitida poderá ser divergente, impactando fortemente a percepção de qualidade na execução dos contratos.

R5. Probabilidade média, pois a probabilidade de uma compra ser insatisfatória é mitigada pelas constantes capacitações oferecidas e pela forte adesão dos servidores, resultando na possibilidade de o risco ocorrer com moderação.

R5. Impacto alto, uma vez que uma compra insatisfatória compromete significativamente a qualidade da execução e a excelência dos processos.

R6. Probabilidade média, porque as metodologias disponíveis para a realização das pesquisas de preço estão bem difundidas na instituição. A probabilidade não é baixa, visto que as auditorias realizadas pela AUDIN e pelos órgãos de controle ainda constatarem fragilidades nas pesquisas de preços.

R6. Impacto alto, pois uma pesquisa de preço inadequada compromete o preço de referência e conseqüentemente não será garantida a economicidade nas contratações.

R7. Impacto alto - demora na execução dos processos licitatórios, atraso na execução da obra, necessidade de ajustes dos projetos.

R7. Probabilidade alta, uma vez que há limitação da capacidade operacional da equipe em abranger todas as especialidades necessárias para a elaboração dos projetos de engenharia.

R8. Impacto alto, porque quantitativos mal definidos e ambientes superdimensionados comprometem a ampliação da infraestrutura física do IFCE de maneira moderna, tornando-a onerosa.

R8. Probabilidade alta, por causa da falta de capacitação da equipe do DINFRA dos *campi* e do sistema SIGEBI inacabado, que impedem que se calculem as áreas necessárias dos ambientes do IFCE.

R9. Alto impacto, porque atrasa a obra, tornando-a mais cara, comprometendo diretamente a realização do objetivo por falta de orçamento.

R9. Alta probabilidade, por causa da ausência de topógrafo, geólogo, calculista e especialista em estruturas metálicas.

R10 Impacto muito alto, pois se torna inviável, com a ausência de pessoal habilitado em engenharia ambiental, promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade.

R10. Probabilidade muito alta, pois a falta de pessoal habilitado em engenharia ambiental fará com que o risco se concretize.

R11. Probabilidade alta, pois o histórico recente de liberação de orçamento para investimento é insuficiente para a conclusão das obras planejadas. Esse fator está sendo mitigado pela disponibilização de recursos via emendas parlamentares destinadas a cumprir esse objetivo.

R11. Impacto muito alto, porque a ausência de recursos impede, significativamente, o alcance do objetivo.

R12. Probabilidade alta, tendo em vista que as auditorias realizadas em 2017 e os monitoramentos posteriores evidenciam a fragilidade das informações tanto patrimoniais quanto contábeis.

R12. Impacto alto, haja vista repercutir de forma direta no fracasso do objetivo estratégico.

R13. Probabilidade alta, levando em consideração as evidências extraídas nos relatórios.

R13. Impacto alto, haja vista repercutir de forma direta no fracasso do objetivo estratégico.

R14. Probabilidade média, tendo em vista que há outras fontes que subsidiam os trabalhos.

R14. Impacto médio, pois a existência de outras fontes mitigam o impacto no objetivo.

R15. Probabilidade alta, diante da baixa capacidade operacional do setor frente às demandas do IFCE.

R15. Impacto alto, pois, dada a capacidade operacional reduzida nos setores de patrimônio e almoxarifado, o impacto no objetivo estratégico será expressivo.

R16. Probabilidade média, tendo em vista o relato da equipe de que o evento acontece não raramente e as fraquezas apontadas: ausência de treinamento em áreas afins, servidores sem capacitação na área de execução orçamentária e servidores sem capacitação em licitações e contratos.

R16. Impacto médio, pois, embora as atividades atrasem, não há impacto no resultado.

R17. Probabilidade alta, considerando as fraquezas associadas às ameaças elencadas pelo DEOR (ausência de mapeamento de processo [fluxos definidos], ausência de treinamento em áreas afins, baixa capacidade operacional na área de execução orçamentária, servidores sem capacitação na área de execução orçamentária, decreto de programação financeira [limitações], atraso na aprovação da LOA [orçamento é disponibilizado em partes até que seja aprovado], baixa capacidade operacional nos setores de licitação e contratos e servidores sem capacitação em licitações e contratos).

R17. Impacto alto, considerando que os recursos serão devolvidos se não for executado no período previsto.

R18. Impacto alto, caracterizado pela impossibilidade de identificação do volume de recursos a inscrever em RAP.

R18. Probabilidade alta pela falta de instrumentos ou rotinas que estabeleçam essa comunicação de forma periódica.

R19. Impacto alto caracterizado pela evidência do volume de recursos não processados em 2021.

R19. Probabilidade alta, considerando a inexistência de normas internas que disciplinem o assunto.

R20. Impacto alto pela própria ineficiência da unidade executora.

R20. Probabilidade média. A própria evidência do elevado volume de recursos não processados no final de 2021 pode sinalizar a ocorrência dessa ineficiência.

R21. Probabilidade alta, diante da ausência de formalização da metodologia de gerenciamento.

R21. Impacto alto, pois, caso ocorra, terá significativo impacto no objetivo estratégico de difícil reversão.

R22. Probabilidade alta, devido à falta de acesso às funcionalidades do Bizagi, à reduzida equipe da CCN acompanhada da indisponibilidade dos servidores para participar das reuniões, da ausência dos processos mapeados e da falta de prioridade na execução das tarefas.

R22. Impacto médio, pois, caso ocorra, terá impacto recuperável no objetivo.

R23. Probabilidade média. Apesar da indisponibilidade de horário dos servidores, da ausência de metodologia e à falta de acesso às funcionalidades do Bizagi, a probabilidade é média tendo em vista a atuação da Diretoria.

R23. Impacto alto, pois, caso o evento de risco se concretize, poderá ocorrer um retrabalho das atividades.

R24. Probabilidade alta, diante da ausência de metodologia de gerenciamento de risco, da falta de sistema para o monitoramento dos mapas de risco e da ausência do efetivo funcionamento do Comitê de Governança, Riscos e Controle. Essa probabilidade se demonstra alta diante de servidores incipientes no assunto.

R24. Impacto muito alto. Caso o evento ocorra, será impossível o objetivo ser alcançado.

R25. Probabilidade média, devido à ausência do efetivo funcionamento do Comitê de Governança, Riscos e Controle.

R25. Impacto alto, uma vez que o Comitê é o órgão técnico máximo de gestão.

## DGTI

R1. Probabilidade alta, pois é provável que ocorra considerando a falta de capacitação, a falta de pessoal, a deficiência no planejamento, o baixo mapeamento dos processos, a falta de orçamento para TI, a falta de definição de papéis e responsabilidades, falta de dados confiáveis para a tomada de decisões e a ineficiência no repasse das informações dos *campi*.

R1. Impacto alto, pois, uma vez concluídas as aquisições, será de difícil reversão o processo de compra.

R2. Probabilidade alta. É provável que ocorra diante dos apontamentos do gestor de que há insuficiência no repasse das informações dos *campi*.

R2. Impacto alto, haja vista que uma avaliação deficiente vinda dos *campi* irá comprometer a elaboração de políticas/diretrizes necessárias ao desenvolvimento dos processos de tecnologia da informação voltados para a continuidade do negócio.

R3. Probabilidade alta. O evento poderá ocorrer, pois a falta de capacitação, a falta de pessoal, a deficiência no planejamento, o baixo mapeamento dos processos e a falta de definição de papéis e responsabilidades indicam fortemente essa possibilidade.

R3. Impacto alto, tendo em vista que, caso ocorra, será de difícil reversão.

R4. Probabilidade alta. O evento poderá ocorrer, pois a falta de capacitação, a falta de pessoal, a deficiência no planejamento, o baixo mapeamento dos processos, a falta de definição de papéis e responsabilidades e a falta de dados confiáveis para a tomada de decisões indicam fortemente essa possibilidade.

R4. Impacto alto, haja vista que, caso se confirme, será de difícil reversão.

R5. Probabilidade alta. De forma até esperada poderá ocorrer diante da falta de pessoal, da ausência de backup remoto, da insuficiência de *nobreak*, da falta de capacitação aliada à instabilidade elétrica, da insuficiência de recursos financeiros e tecnológicos destinados a TI, de ataques *hackers* e da descontinuidade de contratos.

R5. Impacto muito alto, pois, caso ocorra, terá impacto catastrófico no atingimento do objetivo e uma possível descontinuidade do negócio.

R6. Probabilidade alta, haja vista a insuficiência de servidores para atender às demandas em tempo hábil, a ausência do *backup* remoto, a insuficiência de *nobreak*, a ausência de servidores capacitados e a insuficiência de recursos financeiros e tecnológicos destinados a TI, que indiretamente contribuem para a ocorrência do risco.

R6. Impacto médio nos objetivos.

R7. Probabilidade alta, devido à ausência de *backup* remoto, à insuficiência de *nobreak* e à insuficiência de recursos financeiros e tecnológicos destinados a TI para a aquisição de equipamentos mais seguros podem ocasionar a fragilidade no armazenamento das informações relevantes.

R7. Impacto alto no objetivo caso se concretize

R8. Probabilidade alta, haja vista a ausência de *backup* remoto, os ataques *hackers*, a falta de pessoal, a insuficiência de *nobreak*, a falta de capacitação, a instabilidade elétrica e a insuficiência de recursos financeiros e tecnológicos destinados a TI podem fragilizar as atividades de segurança da informação.

R8. Impacto alto, pois, caso ocorra, terá significativo impacto no objetivo.

R9. Probabilidade alta, considerando a insuficiência de pessoal, a falta de servidor com capacitação em segurança de TI, a ausência de uma política de segurança no IFCE, a insuficiência de recursos financeiros para capacitação aliado ao fato do indicador ser desdobrável e a existência de sistemas utilizados no âmbito do IFCE é provável que o risco se concretize.

R9. Impacto médio uma vez acontecendo o impacto no objetivo será moderado.

R10. Probabilidade alta, pois, tendo em vista o elevado número de fraquezas e ameaças elencadas, o evento poderá ocorrer de forma até esperada.

R10. Impacto alto, tendo em vista que as fraquezas e ameaças estão diretamente relacionadas com a descontinuidade do negócio e sua concretização impactará de maneira significativa.

R11. Probabilidade Alta, pois diante das circunstâncias relatadas pela gestão é provável que o evento ocorra.

R11. Impacto alto. Caso o evento ocorra, haverá significativo impacto nos objetivos.

## PROEN

R1. Probabilidade baixa, porque a gestão se prepara com antecedência e é atenta às normas e determinações do MEC.

R1. Impacto alto, considerando que a reprovação de um curso repercute de maneira direta nos indicadores da qualidade do ensino.

R2. Probabilidade baixa, porque a gestão se prepara com antecedência e é atenta às normas e determinações do MEC.

R2. Impacto alto, considerando que a reprovação de um curso repercute de maneira direta nos indicadores da qualidade do ensino.

R3. Probabilidade média, porque a administração reserva recursos para assegurar a aquisição de acervo alinhado ao PPC.

R3. Impacto alto, considerando que a insuficiência do acervo bibliográfico incide de maneira direta nos indicadores da qualidade do ensino.

R4. Probabilidade baixa por causa das ações de revisão que a equipe da biblioteca assume em relação ao repositório de produções acadêmicas.

R4. Impacto médio, tendo em vista que a maior demanda se dá por obras consagradas do acervo bibliográfico indicado no PPC.

- R5. Probabilidade alta pela ausência de rotinas formalizadas de acompanhamento e monitoramento das atividades das bibliotecas.  
R5. Impacto alto, porque a insuficiência de monitoramento das ações das bibliotecas impede a constatação de oportunidades de melhorias.
- R6. Probabilidade média. Considerando que a insuficiência de pessoal e de recursos financeiros, conforme fala do chefe do DEFE, já é uma realidade do departamento, a probabilidade de que o evento ocorra é possível frente às circunstâncias apresentadas.  
R6. Impacto alto, considerando que a efetivação do risco impacta diretamente no alcance do objetivo: preencher vagas ofertadas, conforme percepção do chefe do departamento quando relata fatores preponderantes na seleção e/ou permanência do aluno relacionado às atividades do DEFE.
- R7. Probabilidade média, considerando que não alcançar os projetos do DEFE concorre para o aumento da evasão, entretanto estes não são os únicos que contribuem para o aumento do índice de evasão  
R7. Impacto alto. Considerando que o risco efetivamente acontecendo, o objetivo estratégico será fortemente impactado.
- R8. Probabilidade alta, pois o evento já é esperado, dadas as circunstâncias elencadas pelo chefe do DEFE, por exemplo: redução do percentual de orçamento da Ação 2994, número insuficiente de docentes da área de educação física, carência de servidores no departamento para gerir as atividades com o chefe.  
R8. Impacto médio, considerando que pela extensão da rede é possível uma cooperação entre os *campi* no sentido de colaborar para a execução dos projetos
- R9. Probabilidade média, considerando que a participação do DEFE no alcance dos indicadores de qualidade é parcial, ou seja, o fracasso do objetivo estratégico não é exclusiva do DEFE. Há possibilidade que ele impacte na qualidade dos indicadores do ensino, contudo não é preponderante.  
R9. Impacto alto, considerando que os processos seletivos são periódicos, de modo que, se não preenchidas as vagas ofertadas, o instituto terá de esperar a conclusão do ciclo para que haja uma nova oferta, e as vagas não preenchidas ficarão ociosas.
- R10. Probabilidade alta, considerando que as fraquezas e ameaças elencadas pelo coordenador são prováveis.  
R10. Impacto médio. Tendo em vista que a plataforma Nilo Peçanha dá uma prazo para ajuste, considera-se que há um impacto moderado nos objetivos.
- R11. Probabilidade alta. Segundo os fatos narrados pelo coordenador de informações institucionais, é provável que o risco se concretize, pois a insuficiência de pessoal associada à limitação do Q-Acadêmico, bem como a rotatividade de pessoal/ insuficiência de pessoal no INEP, em 2021, poderá gerar registros e divulgações a destempo.  
R11. Impacto alto. O SISTEC, por ser um mecanismo de registro e divulgação dos dados da educação profissional e tecnológica e de validação de diplomas de cursos de educação profissional, não deve ter registro extemporâneo. Caso tenha, terá impacto significativo no atingimento dos objetivos estratégicos.
- R12. Probabilidade alta. Em virtude da limitação do Q-acadêmia, associada ao insuficiente número de servidores, é esperado que o risco em discussão aconteça.  
R12. Impacto alto. A concretização deste risco impactará, de maneira direta, no melhoramento dos indicadores de qualidade de ensino do IFCE.
- R13. Probabilidade alta, considerando a insuficiência de pessoal e o despreparo na formação/capacitação de algumas comissões que atuam no apoio à criação de cursos. Já é uma realidade do departamento, a probabilidade de que o evento ocorra é provável frente às circunstâncias apresentadas.  
R13. Impacto alto, considerando que a efetivação do risco impacta diretamente no alcance do objetivo – atender aos percentuais previstos na Lei nº 11.892 e melhoria dos indicadores do ensino – e considerando a percepção do chefe do departamento quando relata que há situações de difícil reversão.
- R14. Probabilidade alta, dado que as definições se dão no âmbito do NDE, colegiado e coordenador de curso, unidades que podem vir a divergir, haja vista os variados entendimentos dos participantes.  
R14. Impacto alto, considerando que tem relação direta com o atendimento aos objetivos estratégicos.
- R15. Probabilidade média, é possível que ocorra haja vista a manutenção do programa estar relacionada à disponibilidade de recursos orçamentários, que têm se mostrado insuficientes nos últimos anos.  
R15. Impacto alto, tendo em vista a difícil reversão das atividades perdidas pelos discentes quando da falta de oferta de bolsas para acesso ao programa.
- R16. Probabilidade alta, considerando os dados apresentados no Relatório de Gestão 2020.  
R16. Impacto alto, considerando que, frente aos dados apresentados no RG2020, houve expressivo comprometimento dos objetivos estratégicos.
- R17. Probabilidade média, considerando que as rotinas de acompanhamento dos perfis de acesso ao sistema são frágeis  
R17. Impacto alto, considerando que a divulgação de dados pessoais configuram irregularidade.
- R18. Probabilidade média. Conforme relatado pela coordenadora de Análise da Qualidade dos Dados Acadêmicos, o sistema apresenta lentidão na geração de relatórios.

R18. Impacto alto, haja vista os dados do sistema Q-acadêmico serem dados de extrema relevância para tomada de decisão da atividade-fim ensino, e sua entrega intempestiva dificultará as análises do gestor.

R19. Probabilidade média, considerando o histórico de limitação da Qualidata no atendimento ao IFCE em razão de suas demandas.

R19. Impacto alto, podendo atrasar matrículas e, possivelmente, o início do período letivo.

R20. Probabilidade média, considerando as fragilidades mencionadas pelos coordenadores da CQDADA e CGSA na entrega dos serviços da Qualidata, mencionando, inclusive, sua possível substituição.

R20. Impacto alto, haja vista a relevância da gestão do sistema para a instituição desde a entrega de relatórios até a sustentação dos processos de matrícula.

R21. Probabilidade alta, considerando o rol de critérios elencados pela resolução, a ausência de uma instância de revisão e o fato de haver apenas um servidor no processo.

R21. Impacto médio, considerando que são erros formais de fácil reversão.

R22. Probabilidade alta, considerando o rol de critérios elencados pela resolução, a ausência de uma instância de revisão e o fato de haver apenas um servidor no processo.

R22. Impacto médio, considerando que são erros formais de fácil reversão.

R23. Probabilidade média, considerando que há um *modus operandi* definidor do servidor responsável pela movimentação de diplomas, no entanto, como se trata de evento rotineiro, é possível que haja extravio, caso não se observem os critérios de segurança.

R23. Impacto alto, uma vez que configura crime a adulteração de documento oficial, no entanto será reversível caso o autor seja identificado.

R24 - A probabilidade é alta considerando que o departamento é formado por duas servidoras e o número de *campi*, para que seja dada assistência, é muito extenso. A própria fala das servidoras retrata essa probabilidade por meio da insuficiência de pessoal

R24 - O impacto é alto, considerando que os cursos abertos com apoio insuficiente poderão não ter sucesso no decorrer da vigência.

R25 - A probabilidade é alta, considerando a insuficiência de pessoal para a produção de diretrizes frente às demandas do ensino básico e técnico.

R25 - O impacto é alto, haja vista o baixo atendimento aos indicadores e metas do PDI.

R26 - A probabilidade é alta, considerando a insuficiência de pessoal para a produção de diretrizes frente às demandas do ensino básico e técnico.

R26 - O impacto é alto, haja vista o baixo atendimento aos indicadores e metas do PDI.

R27 - A probabilidade é alta, considerando a insuficiência de pessoal frente às demandas do ensino básico e técnico e à extensão do instituto.

R27 - O impacto é alto, considerando que os *campi* não têm expertise necessária para capitanear as ações sem assistência da pró-reitoria.

R28 - A probabilidade é alta considerando a insuficiência de pessoal do DEBT frente às demandas do ensino básico e técnico e à extensão do instituto.

R28 - O impacto é médio, considerando que o DEBT não atua sozinho, pois ele é apenas um dos agentes na formulação da política.

R29 - A probabilidade é alta, considerando que a capacidade operacional do DEBT não permite esse acompanhamento sistemático, haja vista as várias demandas que o departamento possui.

R29 - O impacto é médio, considerando que o problema da extemporaneidade será solucionado à medida que o número de pessoal seja suficiente para atender às demandas do departamento.

R30 - A probabilidade é alta, considerando que a capacidade operacional do DEBT não permite esse acompanhamento sistemático, haja vista as várias demandas que o departamento possui.

R30 - O impacto é alto, considerando que, não sendo monitoradas as diretrizes emandas pelo departamento, o impacto é substancial no alcance das metas e, conseqüentemente, dos objetivos estratégicos do PDI, em especial no preenchimento de vagas de acordo com os percentuais da lei.

R31 - Probabilidade alta, considerando a fala dos gestores sobre a intempestividade das informações repassadas pelos *campi*, bem como a incompletude destas.

R31 - Impacto alto, uma vez que, gerado o descrédito da instituição, é difícil reverter a percepção do candidato sobre os processos seletivos da instituição.

R32 - Probabilidade muito alta, tendo em vista que, conforme repassaram os gestores, o IFCE ainda não publica editais inclusivos para PcD.

R32 - Impacto médio, considerando que as vagas não preenchidas por PcD serão convertidas para a ampla concorrência.

R33 - Probabilidade alta, considerando a narrativa dos membros do departamento no que se refere à ausência de revisor de texto, à perda de prazo dos *campi* no repasse de informações, reiteradas retificações dos editais.

R33 - Impacto alto, uma vez que é de difícil reversão uma imagem descredibilizada.

R34 - Probabilidade média, considerando a fala do gestor sobre a preocupação em cumprir o prazo do SISU.

R34 - Impacto alto. Mesmo que perdido o prazo do SISU, é possível abrir seu próprio processo seletivo.

#### DAE

As análises dos riscos da DAE foram realizadas pela própria unidade estratégica e estão arquivadas na pasta da Ação 05/Paint 2022.

#### DCS

R1. A probabilidade é baixa, porque os acessos às redes sociais são mais procurados e os números dos relatório de gestão têm revelado isso.

R1. O impacto é médio, porque é de rápida reversão.

R2. A probabilidade é baixa, pois os números do relatório de gestão têm revelado um aumento de seguidores.

R2. O impacto é médio, porque é de rápida reversão.

R3. A probabilidade é alta considerando que os servidores da comunicação não são capacitados e não acompanham, constantemente, o aparecimento de novas redes.

R3. O impacto é médio, considerando que é fácil reverter o alcance de curtidas.

R4. A probabilidade é alta, porque os *clippings* são feitos manualmente, sendo provável falhas humanas na contagem.

R4. O impacto é alto, porque todas as notícias captadas pelo *clipping*, seja de origem interna, seja de terceiros, são contabilizadas para o atingimento do objetivo.

R5. A probabilidade é alta, porque os *clippings* são feitos manualmente, sendo provável falhas humanas na contagem.

R5. O impacto é alto, porque, no caso de uma notícia negativa, é possível que o IFCE perca a oportunidade de manifestar defesa.

R6. A probabilidade é alta. Considerando a lentidão do *site*, a página pode não ser atrativa e ser desatualizada.

R6. O impacto é alto, porque a comunidade perde o interesse no acesso, haja vista o Relatório de Gestão já evidenciar essa queda.

R7. A probabilidade é alta, considerando a lentidão do *site*, a página pode não ser atrativa e ser desatualizada.

R7. O impacto é alto, considerando ser o *site* a porta de entrada da instituição, de modo que, se o *site* não for atrativo, há uma notória interferência na captação de alunos, de servidores, de empresas, além de prejudicar o acesso à informação pela sociedade.

#### ARINTER

R1. Probabilidade baixa, considerando que a unidade conta com o auxílio dos servidores da DAE e outros, de modo que é rara a ocorrência de negativa desses servidores.

R1. Impacto alto, considerando que, se concretizado tal risco, o impacto na internacionalização é significativo.

R2. Probabilidade baixa, considerando que a unidade conta com o auxílio dos servidores da DAE e outros, de modo que é rara a ocorrência de negativa desses servidores.

R2. Impacto alto, considerando que, se concretizado tal risco, o impacto na internacionalização é significativo.

R3. Probabilidade baixa, considerando que a unidade conta com o auxílio dos servidores da DAE e outros, de modo que é rara a ocorrência de negativa desses servidores.

R3. Impacto alto, considerando que, se concretizado tal risco, o impacto na internacionalização é significativo.

R4. Probabilidade alta, considerando que a ação não ganhou avanços consideráveis ainda no penúltimo ano de vigência do PDI, segundo a fala da servidora da assessoria, e considerando a análise dos relatórios de gestão de 2019, 2020 e 2021, que não trazem dados sobre o alcance dessa meta.

R4. Impacto alto, considerando a baixa adesão dos *campi* no desenvolvimento/fomento da política de idiomas.

R5. Probabilidade muito alta, considerando a existência de duas pessoas no setor, sendo uma delas o chefe. A demanda excessiva de trabalho tanto para o operacional como para o estratégico é clara na fala dos servidores.

R5. Impacto é muito alto, haja vista a alta rotatividade dos servidores do setor.

#### PROGEP

- R1. Probabilidade Alta, considerando que o acesso ao sistema SIPPAGweb é individualizado e não há uma instância de revisão quanto ao conteúdo.
- R1. Impacto Médio, pois apesar da demanda o setor consegue elaborar o PDP ainda que demandando outros setores ou levando atividades para casa.
- R2. Probabilidade Média considerando que no fluxo de elaboração do PDP não há uma instância que verifique a relação da demanda do servidor com a necessidade do setor.
- R2. Impacto Alto considerando a irreversibilidade da demanda.
- R3. Probabilidade Alta considerando que todas demandas são levadas ao PDP.
- R3. Impacto Alto considerando a estratégia da Instituição que é alcançar 100% da execução do PDP.
- R4. Probabilidade Muito Alta tendo em vista que não há o controle de quias servidores já foram contemplados dentro dos 5 anos previstos pelo Planejamento.
- R4. Impacto Muito alto considerando que o objetivo está impactado de forma irreversível e a estratégia da Instituição é capacitar 100% dos servidores.
- R5. Probabilidade Alta considerando que na fala do gestor e no fluxo não há o acompanhamento da prestação de contas de servidores afastados para capacitação com ou sem incentivo financeiro
- R5. Impacto Médio uma vez que o número de servidores que podem se afastar nessa situação é limitado.
- R6. Probabilidade Média, possível de ocorrer diante de fatos já constatados.
- R6. Impacto Alto de difícil reversão tendo em vista que se ocorrer a CDA não terá conhecimento das capacitações que ocorreram impossibilitando a contagem para o atingimento da meta.
- R7. Probabilidade Média considerando que não há um PQVT institucionalizado.
- R7. Impacto Alto diante da pouca divulgação de ações e existência de ações pontuais executadas pelos Campi sem a orientação do PQVT
- R8. Probabilidade Média considerando que só uma servidora oferece esse serviço a toda Instituição.
- R8. Impacto Alto considerando que a servidora poderá não dar vazão as demandas da Instituição.
- R9. Probabilidade Muito Alta uma vez que o PQVT é de 2015 e não está atualizado para os objetivos do PDI 2019 2023
- R9. Impacto Muito Alto, pois não foi identificado um planejamento das ações a serem executadas no período de 2019 2023 e as ações se deram de forma aleatória.

Fonte: Elaboração própria (2021/2022)

## APÊNDICE 4 – Associação dos riscos ao universo de auditoria consolidado

Associação dos Riscos ao Universo de Auditoria				
Unidade Estratégica	Macroprocessos Finalísticos/de Suporte	Processos	Riscos Associados	Magnitude Total do Risco
DGTI	Governança de TI	Aquisições/contratações de materiais/bens e serviços de TI	R1, R2	32
		Elaboração de políticas (continuidade do negócio e backup)	R3	16
		Gestão de contratos de TI	R4	16
	Infraestrutura e Redes	Manutenção da infraestrutura (física e lógica)	R5, R6, R7 e R8	64
		Backup	R5, R6, R7 e R8	64
		Atendimento de chamados de infraestrutura	R5 e R6	32
		Controle de ativos (infraestrutura remota)	R5, R6, R7 e R8	64
	Sistemas de Informação	Desenvolvimento de sistemas internos	R11	16
		Atendimento de tickets	R10 e R11	32
Tratamento de alertas de segurança		R9	12	
PROAP	Aquisições e Contratações	Criação de curso de EaD, com temática voltada às boas práticas para elaboração do documento de formalização da demanda, termo de referência e pesquisa de preços	R1, R2, R3, R4	44

		Criação de um catálogo <i>on-line</i> com a lista de fornecedores aptos a oferecer orçamento para composição de mapas de preços, com atualização em tempo real e dividido por categorias de produtos/serviços	R5, R6	24	
		Promoção de encontros presenciais anuais, com temática nas áreas de licitações, contratos, almoxarifado, patrimônio e logística, com oficinas de temas relevantes, focadas na troca de experiência e compartilhando saberes (15 oficinas)	R1, R2, R3, R4	44	
	Infraestrutura	Execução de obras (padronização da infraestrutura, manual de infraestrutura e SIGEBI)	R7, R8, R9, R11	68	
		Sustentabilidade (A3 – adesão e implantação, elaboração do plano ambiental e elaboração da política ambiental)	R10	25	
	Gestão de Materiais e Serviços	Implantação do SIADS	R12, R13, R15	48	
		Regularização do inventário de almoxarifado	R12, R14	25	
		Regularização do inventário de patrimônio	R12, R14	25	
		Atualização do Manual de Gestão de Materiais	R14	9	
		Realização do inventário eventual de patrimônio	R12, R13, R14	41	
	Execução orçamentária	Execução orçamentária	R16 e R17	25	
		Elaboração de planilha com identificação e listagem dos demandantes (UGR e UG) das notas de empenhos dos RAPs inscritos e reinscritos.	R18 e R19	32	
		Encaminhamento para as UGRs e UGs da relação de notas de empenhos inscritas e reinscritas em RAPs, para que as UGRs e UGs avaliem e procedam às cobranças da execução dos serviços ou entrega dos insumos ou procedam ao cancelamento das notas de empenho nos termos da IN nº 09/2019.	R20	12	
	Gestão de Riscos	Formalização da metodologia do mapeamento dos processos	R21, R22 e R23	40	
		Elaboração da metodologia do gerenciamento de riscos	R22 e R25	24	
		Mapeamento dos processos	R21, R22 e R23	40	
		Gerenciamento de riscos	R21, R22, R23, R24 e R25	72	
	PROEXT	Empreendedorismo	Assessoria na implantação e gestão das incubadoras	0	0
			Assessoria na implantação das empresas juniores	0	0
			Planejamento e organização de eventos de empreendedorismo	0	0
Atualização do regulamento das incubadoras			0	0	
Assessoria aos <i>campi</i> quanto às atividades com as empresas incubadas			0	0	
Apoio aos <i>campi</i> quanto a instrumentos jurídicos a serem utilizados nas atividades da incubadora			0	0	
Atualização do regulamento das empresas juniores			0	0	
Assessoria aos discentes interessados quanto ao processo implantação de uma empresa júnior			0	0	
Formalização de parcerias			0	0	
Elaboração de projetos para captação de recursos junto nas agências de fomento (Impacta no indicador.)			R1	9	
Elaboração de editais objetivando a sustentabilidade da rede (Impacta no indicador.)			R2 e R3	24	
Levantamento dos resultados semestrais e anuais das incubadoras			0	0	
Elaboração de relatórios sobre as empresas incubadas e ações de empreendedorismo			0	0	

		Acompanhamento das atividades das incubadoras e das empresas juniores	0	0	
	Desenvolvimento Local e Regional	Capacitação dos responsáveis pelos setores de estágio dos <i>campi</i>	R4, R5 e R7	37	
		Ampliação das parcerias para estágio (Impacta no indicador.)	R4 e R5	21	
		Criação de espaço institucional ( <i>site</i> ) (Impacta no indicador.)	R6 e R7	32	
	Projetos e Cursos de Extensão	Cadastramento dos cursos FIC	0	0	
		Validação de atividades de extensão no SIGPROEXT Programas e Projetos	0	0	
		Assessoria para ações de ofertas	0	0	
		Emissão de certificados	0	0	
		Atualização do catálogo dos cursos	0	0	
	Extensão social e cultural	Assessoria para implantação dos NAPNES	R8, R9 e R11	52	
		Assessoria para implantação dos NEABIS	R8, R9 e R11	52	
		Planejamento e organização de eventos de acessibilidade e diversidade étnico-racial	R10	9	
	PRPI	Pesquisa	Cadastro de eventos na plataforma NL	R15 e R16	15
			Cadastro de projetos com fomento externo	R4 e R5	12
			Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA	R31, R32, R33, R34 e R35	56
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP			R31, R32, R33, R34 e R35	56	
Criação de revistas			R17, R18, R19, R20 e R21	44	
Edital primeiros projetos IFCE			0	0	
Edital PROINFRA pesquisador			R6 à R14; R22 à R25	109	
Edital PROINFRA			R6 à R14; R22 à R25	109	
Grupo de pesquisa			R26, R27, R28, R29 e R30	30	
PIBIC PIBIC JR PIBIT			R1 a R14; R22 a R25	154	
Revista Artes			R17 a R21	44	
Revista Conexões			R17 a R21	44	
Revista Kariris			R17 a R21	44	
Revista Mecatrônica			R17 a R21	44	
Solicitação da troca de bolsista			R8 e R9	24	
Voluntário			R12, R13 e R14	36	
Inovação			Processo de pedido de depósito de patente	R36, R37, R40 e R42	27
		Processo de pedido de registro de <i>software</i>	R40	4	
		Processo de pedido de desenho industrial	R40	4	
		Processo de pedido de registro de marca	R40	4	
	Processo de pedido de licenciamento	0	0		
	Processo de pedido de transferência tecnológica	0	0		
	Processo gestão de propriedade intelectual	R38 e R39	7		
	Formalização de convênio ou congêneres	R43, R44, R45, R46 e R47	47		
	Formalização de aditivo de convênio ou congêneres	R43, R44, R45, R46 e R48	47		
	Processo de distrato de convênio ou congêneres	0	0		

		Prestação de contas de convênio ou congênere	0	0
	Pós-Graduação	Análise de PPC de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i>	R48 e R49	26
		Designação de coordenador de curso	R50, R51 e R52	49
		Levantamento estatístico de dados dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	R53, R54, R55 e R56	65
		Levantamento estatístico de dados dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	R57 e R58	32
		Solicitação de FCC para programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	R59	5
		Identificação da proposta de curso de pós-graduação em potencial	R60	12
		Indicação da comissão responsável pela elaboração da proposta	R61, R62 e R63	28
		Elaboração da proposta pela comissão responsável	R64, R65, R66 e R67	48
		Preenchimento da proposta na Plataforma Sucupira pela comissão responsável	R68	15
		Implantação de programas DINTER e/ou MINTER	R69 e R70	27
		PROEN	Bibliotecas	Estabelecimento de políticas de formação e desenvolvimento de coleções
Orientação às equipes das bibliotecas no processo de reconhecimentos de cursos	R1,R2			16
Elaboração de políticas e projetos de desenvolvimento do sistema de bibliotecas	R5			16
Normalização de trabalhos acadêmicos, regramento para a entrega de trabalhos acadêmicos e inclusão no repositório	R4			6
DEFE	Realização de jogos internos nos <i>campi</i> (32 <i>campi</i> fazem jogos internos)		R6, R7, R8, R9	48
	Realização do IF Games – EJIF com a presença de 23 <i>campi</i>		R6, R7, R8, R9	48
	Participação nos jogos dos IF (na região Nordeste e nacionais)		R6, R7, R8, R9	48
	Participação em jogos universitários do Ceará, Nordeste e nacionais		R6, R7, R8, R9	48
	Realização da SEMEF – Semana de Educação Física (anual, para os alunos dos cursos de educação física)		R6, R7	24
	Elaboração da REFISE – Revista de Educação Física, Saúde e Esporte (anual)		R6, R7	24
	Realização do Encontro dos Professores de Educação Física (anual)		R6, R7	24
CII	Monitoramento do Sistec, que é alimentado pelos <i>campi</i>		R10, R11, R12	44
	Validação da plataforma Nilo Peçanha – PNP		R10, R11, R12	44
	Trabalho com o Educacenso, com o Censo da Educação Superior – Censup, com o e-MEC e com o Enade		R10, R11, R12	44
DES	Contribuição para elaboração de normativos que regem a educação superior F1		R13	16
	Orientação do processo do Enade		R16	16
	Acompanhamento da criação dos cursos no IFCE F2		R13	16
	Implementação das matrizes curriculares do MEC		R14	16
	Apoio a formação docente PIBID/residência pedagógica		R5	12
CAQDA/CGSA	Cadastro de pessoas no sistema Q-acadêmico		R17	12

DAE		Suporte de relatórios	R18 e R20	24	
		Suporte aos <i>campi</i>	R17, R19 e R20	36	
		Relacionamento com a Qualidata	R18 e R20	24	
	RA	Emissão de diplomas	R21	12	
		Emissão de segunda via de diploma, após verificados os critérios exigidos	R22	12	
		Despacho e traslado de diplomas e/ou formulários para impressão de diplomas à CCA dos <i>campi</i>	R23	12	
	DEBT	Estímulo aos <i>campi</i> para a abertura de novos cursos presenciais e EAD	R24, R27, R30	48	
		Atualização do documento norteador dos ensinos integrados	R25, R27, R29	44	
		Participação na elaboração da política de EJA	R28	12	
		Participação na elaboração do regulamento do percentual de implantação da EAD nos cursos técnicos	R25, R27, R29	44	
		Estímulo à reformulação dos PPCs que estão levando à retenção	R25, R26, R27, R30	64	
		Levantamento dos retidos nos estágios	R27, R30	32	
		Acompanhamento da implementação da prática profissional supervisionada nos cursos técnicos	R27, R30	32	
		Coordenação do processo do alinhamento de matrizes curriculares	R25, R27, R29, R30	60	
		Participação da atualização do manual para elaboração de PPCs	R25, R27, R29	44	
	DI	Seleção para cursos técnicos	R31, R32 e R33	47	
		Seleção para cursos de graduação	R31, R32, R33 e R34	59	
	DAE	Acompanhamento das atividades cadastradas no Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SISAE)	Averiguação mensal dos registros das Atividades no SISAE	R1	12
		Acompanhamento do Programa de Alimentação e Nutrição da Política de Assistência Estudantil do IFCE	Análise de relatórios e planilhas enviados semestralmente pelos <i>campi</i>	R2, R3	28
Articulação, com pró-reitorias e diretorias sistêmicas, de ações com o intuito de melhorar os serviços de alimentação escolar			R4, R5, R6, R7	51	
Monitoramento da execução do orçamento da Assistência Estudantil destinado à concessão de benefícios de vulnerabilidade		Gestão do orçamento destinado aos benefícios de vulnerabilidade pelos <i>campi</i>	R8 e R9	32	
Ações em Direitos Humanos		Criação dos núcleos locais de gênero e diversidade	R10, R11	24	
	Análise das ações cadastradas no SISAE que tenham vinculação com ações em direitos humanos	R12	12		
DCS	Redes sociais	Gestão das mídias sociais	R1, R2, R3	24	
	Notícias da imprensa	Veiculação de notícias na imprensa	R4, R5	32	
	Acesso ao <i>site</i>	Promoção de melhorias e gerenciamento do <i>site</i>	R6, R7	32	
ARINTER	Arinter	Edital IFCE Internacional	R1 e R2	16	
		Ofertas de vagas PEC-G	R3	8	
		Edital PROMISAES		0	

PROGEP		Programa de Intercâmbio Virtual entre o IFCE e o Red River College		0	
		Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	R4	16	
		Formação e renovação de acordos de parcerias e regulamentação e fortalecimento da unidade	R5	25	
	SELEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO		Colaboração Técnica (servidor externo - de outra IFE)	0	0
			Exercício Provisório (servidor externo - de outra IFE)	0	0
			Cessão (servidor externo - de outra IFE)	0	0
			Redistribuição (campus IFCE - Origem)	0	0
			Redistribuição (Requerente externo - Destino)	0	0
			Remoção (Processo Seletivo)	0	0
			Processo de Seleção Pública de estagiários	0	0
			Solicitação de contratação de estagiários	0	0
			Prorrogação de contratação de estagiários	0	0
			Contratação de Professor Substituto	0	0
			Admissão de Pessoal (Concurso)	0	0
		DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO		Elaboração do PDP	R1, R2 e R3
			Publicização (Despesas com Pessoal)	R4, R5 e R6	49
			Afastamento para Pós-graduação Stricto Sensu	R4 e R5	37
			Licença capacitação	R4	25
	APOSENTADORIA E PENSÃO		Certidão de Tempo de Contribuição para ex-servidor	0	0
			Abono de Permanência	0	0
			Auxílio Funeral	0	0
			Averbação de tempo de serviço anterior	0	0
			Isenção de imposto de renda	0	0
			Recadastramento (Aposentados e beneficiários de pensão)	0	0
			Pensão civil	0	0
			Licença Prêmio por Assiduidade	0	0
	LEGISLAÇÃO E NORMAS		Análise de Processos oriundos de demandas da Procuradoria Federal	0	0
			Análise de Processos oriundos de demandas das Varas Federais e Estaduais	0	0
			Análise de Processos oriundos de demandas do Ministério Público	0	0
			Análise de Processos oriundos de demandas da Ouvidoria, Corregedoria e Auditoria relativas às demandas judiciais	0	0
SAÚDE DO SERVIDOR		Adicionais ocupacionais (insalubridade e periculosidade)	0	0	
		Ressarcimento saúde suplementar	0	0	
		GEAP	0	0	
		Ausências: casamento, falecimento pessoa da família, folga eleitoral, revisão eleitoral, júri e doação de sangue	0	0	

	Licenças e prorrogações: gestante, maternidade, paternidade e adotante	0	0	
	Escutas e orientações psicológicas online e presencial destinadas a servidores e servidoras do IFC	R8	12	
	Ações e Projetos da CASS	R7 e R9	37	
PESSOAL	Vacância para Posse em Cargo Inacumulável	0	0	
	Licença para Tratar de Interesses Particulares	0	0	
	Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge Ou Companheiro (Com ou Sem Exercício Provisório)	0	0	
	Remoção por motivo de saúde do servidor ou de pessoa de sua família	0	0	
	Remoção em virtude de processo seletivo (Após aprovação em Edital de Remoção)	0	0	
	Horário Especial para Servidor Estudante	0	0	
	Horário Especial por Deficiência	0	0	
	Flexibilização de Jornada de Trabalho	0	0	
	Homologação, Alteração e Interrupção de Férias	0	0	
	Licença Atividade Política	0	0	
	Exoneração	0	0	
	Colaboração Técnica	0	0	
	Auxílio Moradia	0	0	
	Atividade Remunerada em Regime de Dedicção Exclusiva (Professor EBTT)	0	0	
	Alteração de Regime de Trabalho Docente (Professor EBTT)	0	0	
	Alteração de Jornada TAE	0	0	
	Ajuda de Custo	0	0	
	Afastamento para Participar de Curso de Formação	0	0	
	BENEFÍCIOS E PAGAMENTOS	Auxílio Alimentação;	0	0
		Auxílio Transporte;	0	0
Auxílio Moradia;		0	0	
Auxílio Natalidade;		0	0	
Auxílio Pré-escolar;		0	0	
Atualização de dados pessoais;		0	0	
Atualização de dados bancários;		0	0	
Cadastro de dependentes (para imposto de renda, assentamento funcional e etc)		0	0	
Cadastro de Pensão Alimentícia;		0	0	
Prestação de contas relativas à saúde suplementar dos servidores (ativos, aposentados e pensionistas);		0	0	
Pagamento de substituição de função.	0	0		

Fonte: Elaboração própria (2021/2022)

## APÊNDICE 5 – Ranking geral dos objetos de auditoria

IDPROC	PROCESSO	MAGNITUDE DO RISCO	MAPA DE CALOR
P10PESQ	PIBIC PIBIC JR PIBIT	154	B
P7PESQ	Edital PROINFRA pesquisador	109	B
P8PESQ	Edital PROINFRA	109	B
P17ADM	Gerenciamento de riscos	72	A
P4ADM	Execução de obras (Padronização da infraestrutura, Manual de infraestrutura e SIGEBI)	68	A
P30PESQ	Levantamento estatístico de dados dos cursos de pós-graduação lato sensu	65	A
P31ENS	Estímulo à reformulação dos PPCs que estão levando à retenção;	64	A
P4TI	Manutenção da infraestrutura (física e lógica)	64	A
P5TI	Backup	64	A
P7TI	Controle de ativos (infraestrutura remota)	64	A
P34ENS	Coordenação do processo do alinhamento de matrizes curriculares;	60	A
P37ENS	Seleção para cursos de graduação	59	A
P3PESQ	Comissão de ética no uso de animais CEUA	56	A
P4PESQ	Comitê de ética em pesquisa CEPE	56	A
P23EXT	Assessoria para implantação dos NAPNES	52	A
P24EXT	Assessoria para implantação dos NEABIS	52	A
P3DAE	Articulação com Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas de Ações com o Intuito de Melhorar os Serviços de Alimentação Escolar.	51	A
P29PESQ	Designação de coordenador de curso	49	A
PROG43	Publicização (Despesas com Pessoal)	49	A
P5ENS	Realização de Jogos internos nos campi (32 campi fazem jogos internos)	48	B
P6ENS	Realização do IF Games – EJIF com a presença de 23 campi	48	B
P7ENS	Participação nos Jogos dos IF (na região Nordeste e Brasileiro)	48	B
P8ENS	Participação em jogos universitários do Ceará, Nordeste e Brasileiro	48	B
P27ENS	Estímulo aos campi para a abertura de novos cursos presenciais e EAD	48	A
P35PESQ	Elaboração da proposta pela comissão responsável	48	B
P6ADM	Implantação do SIADS	48	A
P36ENS	Seleção para cursos técnicos	47	A
P24PESQ	Formalização de convênio ou congênere	47	A
P25PESQ	Formalização de aditivo de convênio ou congênere	47	A
P12ENS	Monitorar o sistec que são alimentados pelos campi	44	A
P13ENS	Validar a plataforma Nilo Peçanha- PNP	44	A
P14ENS	Trabalhar com educacenso, com o censo superior, com o e-mec e com o enade.	44	A
P28ENS	Atualização do documento norteador dos ensinios integrados;	44	A
P30ENS	Participação na elaboração do regulamento do percentual de implantação da EAD nos cursos técnicos;	44	A
P35ENS	Participação da atualização do manual para elaboração de PPCs.	44	A
P5PESQ	Criação de Revistas	44	B
P11PESQ	Revista Artes	44	B

P12PESQ	Revista Conexões	44	B
P13PESQ	Revista Kariris	44	B
P14PESQ	Revista Mecatrônica	44	B
P1ADM	Criação de curso em EAD, com temática voltada às boas práticas para elaboração do documento de formalização da demanda, termo de referência e pesquisa de preços;	44	A
P3ADM	Promoção de encontros presenciais anuais, com temática nas áreas de licitações, contratos, almoxarifado, patrimônio e logística, com oficinas de temas relevantes, focadas na troca de experiência e compartilhando saberes (15 oficinas).	44	A
P10ADM	Realização do Inventário eventual de patrimônio	41	A
P14ADM	Formalização da metodologia do Mapeamento dos processos	40	A
P16ADM	Mapeamento dos processos	40	A
PROG42	Elaboração do PDP	40	B
P15EXT	Capacitação dos responsáveis pelos setores de estágio dos Campi	37	A
PROG44	Afastamento para Pós-graduação Stricto Sensu	37	A
PROG63	Ações e Projetos da CASS	37	A
P22ENS	Suporte aos campi	36	B
P16PESQ	Voluntário	36	B
P32ENS	Levantamento dos retidos nos estágios;	32	A
P33ENS	Acompanhamento da implementação da prática profissional supervisionada nos cursos técnicos;	32	A
P31PESQ	Levantamento estatístico de dados dos cursos de pós-graduação stricto sensu	32	A
P17EXT	Criação de espaço institucional (site) (Impacta no indicador)	32	A
P12ADM	Identificar e elaborar planilha, listando os demandantes (UGR e UG) das notas de empenhos dos RAPs inscritos e reinscritos.	32	A
P1TI	Aquisições/contratações de materiais/bens e serviços de TI	32	A
P6TI	Atendimento de chamados de infraestrutura	32	A
P9TI	Atendimento de tickets	32	A
P4DAE	Gestão do Orçamento Destinado aos Benefícios de Vulnerabilidade pelos campi	32	A
P2DCS	Veiculação de notícias na imprensa	32	A
P3DCS	Promoção de melhorias e gerenciamento do site	32	A
P9PESQ	Grupo de Pesquisa	30	B
P34PESQ	Indicação da comissão responsável pela elaboração da proposta	28	B
P2DAE	Análise de relatórios e planilhas enviados semestralmente pelos campi.	28	A
P17PESQ	Processo de pedido de depósito de patente	27	B
P37PESQ	Implantação de programas DINTER e/ou MINTER	27	A
P28PESQ	Análise de PPC de curso de pós-graduação lato sensu	26	A
P5ADM	Sustentabilidade (A3—Adesão e Implantação, Elaboração do Plano Ambiental e Elaboração da Política Ambiental)	25	A
P7ADM	Regularização do inventário de almoxarifado	25	A
P8ADM	Regularização do inventário de patrimônio	25	A
P11ADM	Execução Orçamentária	25	A
P6ARI	Formação e renovação de acordos de parcerias e regulamentação e fortalecimento da unidade	25	A
PROG45	Licença capacitação	25	A
P9ENS	Realização da SEMEF – Semana de Educação Física (para os alunos dos cursos de educação física) anual	24	B

P10ENS	Elaboração da REFISE – Revista de Educação Física, Saúde e Esporte (anual)	24	B
P11ENS	Realização do Encontro de professores de Educação Física (anual)	24	B
P21ENS	Suporte de relatórios	24	B
P23ENS	Relacionamento com a Qualidata	24	B
P15PESQ	Solicitação da troca de bolsista	24	B
P11EXT	Elaboração de editais objetivando a sustentabilidade da rede (Impacta no indicador)	24	B
P2ADM	Criação de um catálogo online com a lista de fornecedores aptos a oferecer em orçamento para composição de mapas de preços, com atualização em tempo real e dividido por categorias de produtos/serviços	24	A
P15ADM	Elaboração da Metodologia do gerenciamento de riscos	24	B
P5DAE	Criação dos Núcleos locais de Gênero e Diversidade	24	B
P1DCS	Gestão das mídias sociais	24	B
P16EXT	Ampliação das parcerias para estágio (Impacta no indicador)	21	B
P1ENS	Orientar as equipes das bibliotecas no processo de reconhecimentos de cursos	16	B
P2ENS	Elaborar políticas e projetos de desenvolvimento do sistema de bibliotecas	16	A
P15ENS	Contribuição para elaboração de normativos que regem a educação superior	16	A
P16ENS	Orientação do processo do Enade	16	A
P17ENS	Acompanhamento da criação dos cursos no IFCE	16	A
P18ENS	Implementação das matrizes curriculares do MEC	16	A
P19ENS	Apoio a formação docente PIBID/residência pedagógica	16	A
P2TI	Elaboração de políticas (continuidade do negócio e backup)	16	A
P3TI	Gestão de contratos de TI	16	A
P8TI	Desenvolver sistemas internos	16	A
P1ARI	Edital IFCEInternacional	16	B
P5ARI	Centro de Idiomas do InstitutoFederal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE	16	A
P1PESQ	Cadastro de eventos na plataforma NL	15	B
P36PESQ	Preenchimento da proposta na Plataforma Sucupira pela comissão responsável	15	A
P4ENS	Estabelecer políticas de formação e desenvolvimento de coleções	12	B
P20ENS	Cadastro de pessoas no sistema Q-acadêmico	12	B
P24ENS	Emissão de diplomas;	12	B
P25ENS	Emitir segunda via de diploma, após verificados os critérios exigidos	12	B
P26ENS	Despacho e traslado de diplomas e/ou formulários para impressão de diplomas à CCA dos campi	12	B
P29ENS	Participação na elaboração da política de EJA;	12	B
P2PESQ	Cadastro de projetos com fomento externo	12	B
P33PESQ	Identificação da proposta de curso de pós-graduação em potencial	12	B
P13ADM	Encaminhar para as UGRs e UGs a relação de notas de empenhos inscritas e reinscritas em RAPs para que as UGRs e UGs avaliem e procedam com as cobranças da execução dos serviços ou entrega dos insumos, ou procedam com o cancelamento das Notas de Empenho nos termos da IN 09/2019.	12	B
P10TI	Tratamento de alertas de segurança	12	B
P1DAE	Averiguação mensal dos registros das Atividades no SISAE.	12	B
P6DAE	Análise das ações cadastradas no SISAE que tenham vinculação com ações em direitos humanos.	12	B
PROG62	Escutas e orientações psicológicas online e presencial destinadas a servidores e servidoras do IFCE	12	B

P10EXT	Elaboração de projetos para captação de recursos junto às agências de fomento (Impacta no indicador)	9	B
P25EXT	Planejamento e organização de eventos de acessibilidade e diversidade étnico-racial	9	B
P9ADM	Atualização do Manual de Gestão de Materiais	9	B
P2ARI	Ofertas de vagas PEC-G	8	B
P23PESQ	Processo gestão de propriedade intelectual	7	C
P3ENS	Normalização de trabalhos acadêmicos, regramento para a entrega de trabalhos acadêmicos e inclusão no repositório	6	B
P32PESQ	Solicitação de FCC para programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	5	B
P18PESQ	Processo de pedido de registro de software	4	C
P19PESQ	Processo de pedido de desenho industrial	4	C
P20PESQ	Processo de pedido de registro de marca	4	C
P6PESQ	Edital primeiros projetos IFCE	0	C
P21PESQ	Processo de pedido de licenciamento	0	C
P22PESQ	Processo de pedido de transferência tecnológica	0	C
P26PESQ	Processo de distrato de convênio ou congêneres	0	C
P27PESQ	Prestação de contas de convênio ou congêneres	0	C
P1EXT	Assessoria na implantação e gestão das incubadoras	0	C
P2PEXT	Assessoria na implantação das empresas juniores	0	C
P3EXT	Planejamento e organização de eventos de empreendedorismo	0	C
P4EXT	Atualização do Regulamento das Incubadoras	0	C
P5EXT	Assessoria aos Campi quanto às atividades com as empresas incubadas	0	C
P6EXT	Apoio aos Campi quanto a instrumentos jurídicos a serem utilizados nas atividades da incubadora	0	C
P7EXT	Atualização do Regulamento das Empresas Juniores	0	C
P8EXT	Assessoria aos discentes interessados quanto ao processo implantação de uma empresa junior	0	C
P9EXT	Formalização de parcerias	0	C
P12EXT	Levantamento dos resultados semestrais e anuais das incubadoras	0	C
P13EXT	Elaboração de relatórios sobre as empresas incubadas e ações de empreendedorismo	0	C
P14EXT	Acompanhamento das atividades das incubadoras e das empresas juniores	0	C
P18EXT	Cadastramento dos cursos FIC	0	C
P19EXT	Validação de atividades de extensão no SIGPROEXT Programas e Projetos	0	C
P20EXT	Assessoria para ações de ofertas	0	C
P21EXT	Emissão de certificados	0	C
P22EXT	Atualização do catálogo dos cursos	0	C
P3ARI	Edital PROMISAES	0	C
P4ARI	Programa de Intercâmbio Virtual entre o IFCE e o Red River College	0	C
PROG1	Colaboração Técnica (servidor externo - de outra IFE)	0	C
PROG2	Exercício Provisório (servidor externo - de outra IFE)	0	C
PROG3	Cessão (servidor externo - de outra IFE)	0	C
PROG4	Redistribuição (campus IFCE - Origem)	0	C
PROG5	Redistribuição (Requerente externo - Destino)	0	C
PROG6	Remoção (Processo Seletivo)	0	C

PROG7	Processo de Seleção Pública de estagiários	0	C
PROG8	Solicitação de contratação de estagiários	0	C
PROG9	Prorrogação de contratação de estagiários	0	C
PROG10	Contratação de Professor Substituto	0	C
PROG11	Admissão de Pessoal (Concurso)	0	C
PROG12	Vacância para Posse em Cargo Inacumulável	0	C
PROG13	Licença para Tratar de Interesses Particulares	0	C
PROG14	Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge Ou Companheiro (Com ou Sem Exercício Provisório)	0	C
PROG15	Remoção por motivo de saúde do servidor ou de pessoa de sua família	0	C
PROG16	Remoção em virtude de processo seletivo (Após aprovação em Edital de Remoção)	0	C
PROG17	Horário Especial para Servidor Estudante	0	C
PROG18	Horário Especial por Deficiência	0	C
PROG19	Flexibilização de Jornada de Trabalho	0	C
PROG20	Homologação, Alteração e Interrupção de Férias	0	C
PROG21	Licença Atividade Política	0	C
PROG22	Exoneração	0	C
PROG23	Colaboração Técnica	0	C
PROG24	Auxílio Moradia	0	C
PROG25	Atividade Remunerada em Regime de Dedicção Exclusiva (Professor EBTT)	0	C
PROG26	Alteração de Regime de Trabalho Docente (Professor EBTT)	0	C
PROG27	Alteração de Jornada TAE	0	C
PROG28	Ajuda de Custo	0	C
PROG29	Afastamento para Participar de Curso de Formação	0	C
PROG30	Certidão de Tempo de Contribuição para ex-servidor	0	C
PROG31	Abono de Permanência	0	C
PROG32	Auxílio Funeral	0	C
PROG33	Averbação de tempo de serviço anterior	0	C
PROG34	Isenção de imposto de renda	0	C
PROG35	Recadastramento (Aposentados e beneficiários de pensão)	0	C
PROG36	Pensão civil	0	C
PROG37	Licença Prêmio por Assiduidade	0	C
PROG38	Análise de Processos oriundos de demandas da Procuradoria Federal	0	C
PROG39	Análise de Processos oriundos de demandas das Varas Federais e Estaduais	0	C
PROG40	Análise de Processos oriundos de demandas do Ministério Público	0	C
PROG41	Análise de Processos oriundos de demandas da Ouvidoria, Corregedoria e Auditoria relativas às demandas judiciais	0	C
PROG46	Auxílio Alimentação;	0	C
PROG47	Auxílio Transporte;	0	C
PROG48	Auxílio Moradia;	0	C
PROG49	Auxílio Natalidade;	0	C
PROG50	Auxílio Pré-escolar;	0	C
PROG51	Atualização de dados pessoais;	0	C

PROG52	Atualização de dados bancários;	0	C
PROG53	Cadastro de dependentes (para imposto de renda, assentamento funcional e etc)	0	C
PROG54	Cadastro de Pensão Alimentícia;	0	C
PROG55	Prestação de contas relativas à saúde suplementar dos servidores (ativos, aposentados e pensionistas);	0	C
PROG56	Pagamento de substituição de função.	0	C
PROG57	Adicionais ocupacionais (insalubridade e periculosidade)	0	C
PROG58	Ressarcimento saúde suplementar	0	C
PROG59	GEAP	0	C
PROG60	Ausências: casamento, falecimento pessoa da família, folga eleitoral, revisão eleitoral, júri e doação de sangue	0	C
PROG61	Licenças e prorrogações: gestante, maternidade, paternidade e adotante	0	C

Fonte: Elaboração própria (2021/2022)